



**PREFEITURA DE JAGUARUANA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04.07-002/2017
CONVITE Nº 002/2017-SEINFRA**

PARTICIPAÇÃO AMPLA DE INTERESSADOS

EXECUÇÃO DE OBRAS

EDITAL

PREÂMBULO

O Município de **JAGUARUANA**, Estado do **CEARÁ**, por intermédio da **SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**, mediante a Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº **181/2017**, de **20/03/2017**, torna público para conhecimento dos interessados que, na data, horário e local indicados, fará realizar licitação na modalidade **CONVITE**, do tipo **MENOR PREÇO**, representado pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, mediante Regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, conforme as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, observando as disposições da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de Agosto de 2014 e Decreto nº 8.538, de 6 de Outubro de 2015.

Data da sessão: 14/06/2017.

Horário: 11:30 AM.

Local: Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada à Praça Adolfo Francisco da Rocha, 404, Centro, Jaguaruana-CE, CEP 62.823-000

1. OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para Contratação de Empresa especializada no ramo de Engenharia, para execução, mediante Regime de Empreitada por Preço Global, da obra de pavimentação em paralelepípedo rejuntado da Rua Luis Estevão, no Município de Jaguaruana, Estado do Ceará, mediante Empreitada por Preço Global, conforme especificações constantes no Projeto Básico, que é parte integrante deste Edital.

2. ORIENTAÇÕES GERAIS

2.1. As decisões do Presidente, no tocante à **HABILITAÇÃO**, ao julgamento da **PROPOSTA DE PREÇOS**, aos resultados de **RECURSOS** e ao resultado de **JULGAMENTO** deste Convite, serão divulgadas mediante publicação Oficial, salvo nas hipóteses previstas no Art. 109, § 1º, da Lei n.º 8.666/93, quando a intimação será realizada diretamente aos interessados e registrada em Ata.

2.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas nas publicações inerentes ao processo licitatório e as especificações técnicas constantes no Projeto Básico, o licitante deverá obedecer a este último.

2.3. Todas as referências de tempo indicadas no Projeto Básico, neste Edital e nos Anexos, bem como nos avisos e durante as sessões públicas, observarão o fuso horário do Estado do Ceará.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento do Município para o exercício de 2017, conforme abaixo:

3.1.1. 0601.15.451.1002.1.006, elemento de despesa 4.4.90.51.00, sublemento 4.4.90.51.99, valor estimado R\$ 102.669,12.

4. DA PARTICIPAÇÃO NESTE CONVITE

4.1. Serão convidados a participar desta licitação os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, regularmente credenciados no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Prefeitura de Jaguaruana.

4.1.1. Poderão participar, também, interessados não credenciados no Cadastro de que trata o item anterior na correspondente especialidade, desde que manifestem seu interesse com



antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas, devendo apresentar, na data e horário marcados para a abertura da Sessão Pública deste Convite, conforme definido no preâmbulo deste Edital, toda a documentação definida na Seção **“DA HABILITAÇÃO”**.

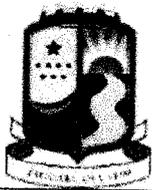
- 4.2.** Não poderão participar desta licitação os interessados:
- 4.2.1.** Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
 - 4.2.2.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 4.2.3.** Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
 - 4.2.4.** Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
 - 4.2.5.** Parentes do servidor ou dirigente da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, bem como da Comissão Permanente de Licitação, independentemente da comprovação do eventual favorecimento, com fundamento nos princípios da moralidade e da isonomia;
 - 4.2.5.1.** Considera-se participação indireta, para fins do disposto neste Edital, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.
 - 4.2.6.** Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

5. DO CREDENCIAMENTO

- 5.1.** Os licitantes que se interessarem em se manifestar durante as fases do procedimento licitatório deverão estar devidamente credenciados.
- 5.2.** Poderá ser credenciado o licitante interessado ou o seu representante legal.
- 5.2.1.** Para o Credenciamento, deverão ser apresentadas cópias ou originais dos seguintes documentos:
 - 5.2.1.1. Para o Interessado PESSOA JURÍDICA:**
 - 5.2.1.1.1.** Cópia de documento de identidade e CPF do Licitante interessado.
 - 5.2.1.1.2.** Cópia do Ato de Constituição pertinente ao tipo de Sociedade.
 - 5.2.1.1.3.** Instrumento de Procuração Pública ou Particular, acompanhado de cópias de documento de identidade e CPF do Procurador, quando se tratar de Representante Legal do interessado.
- 5.3.** Cada licitante poderá credenciar apenas um representante.
- 5.4.** Cada credenciado poderá representar apenas um licitante.
- 5.4.1.** Após a fase de credenciamento, é permitida a substituição do representante legal credenciado, desde que devidamente justificada pelo licitante e autorizada pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, com a apresentação de nova procuração pública ou particular e cópia autenticada da identidade e CPF do novo representante.
 - 5.4.2.** A não apresentação ou incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento não impedirá a participação do licitante neste Convite, porém impedirá o seu representante de se manifestar durante a sessão.
- 5.5.** A documentação de CREDENCIAMENTO e que trata esta seção deverá ser apresentada SEPARADA do ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

6. DAS DECLARAÇÕES

- 6.1.** Declaração de Enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Equiparado.
- 6.1.1.** A não apresentação da Declaração de enquadramento como ME/EPP implica a renúncia do tratamento diferenciado de que trata a Lei 123/2006.
- 6.2.** As declarações de que tratam esta seção deverão ser apresentadas SEPARADAS do ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.



7. DA HABILITAÇÃO

7.1. A título de habilitação no certame, os licitantes deverão apresentar no ENVELOPE Nº 1, documentação relativa à HABILITAÇÃO,

7.2. Para a HABILITAÇÃO, o Licitante deverá apresentar a seguinte documentação:

7.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

7.2.1.1. No caso de Empresário Individual:

7.2.1.1.1. Registro Público de Empresa Mercantil na Junta Comercial do domicílio sede do licitante acompanhado de cópia de identidade do Empresário Individual.

7.2.1.2. No caso de Microempreendedor Individual:

7.2.1.2.1. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual expedido pela Receita Federal do Brasil – RFB acompanhado de cópia de identidade do Microempreendedor Individual.

7.2.1.3. No caso de Sociedades Empresárias ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI:

7.2.1.3.1. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado pela Junta Comercial do domicílio sede do licitante, acompanhado de cópia de identidade e CPF de seu(s) administrador(es) atual(is);

7.2.1.4. No caso de Sociedade por Ações:

7.2.1.4.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados pela Junta Comercial do domicílio sede do licitante, acompanhado de cópia de identidade, CPF e comprovação de eleição de seus administradores atuais;

7.2.1.5. No caso de Sociedade Simples:

7.2.1.5.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados pelo Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou Órgão Equivalente, do domicílio sede do licitante, acompanhado de cópia de identidade, CPF e comprovação de eleição de seus administradores atuais;

7.2.1.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país:

7.2.1.6.1. Decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.2.1.6.1.1. Os atos constitutivos das empresas licitantes deverão estar acompanhados dos demais documentos aditivos e modificativos do seu texto podendo ser substituídos, preferencialmente, pela respectiva consolidação.

7.2.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

7.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

7.2.2.2. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional;

7.2.2.3. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

7.2.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

7.2.2.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.2.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



- 7.2.2.6.1.** Caso o licitante detentor do menor preço seja Microempresa, Empresa de pequeno porte, ou equiparado, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

7.2.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 7.2.3.1.** Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade;

- 7.2.3.1.1.** Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante.

- 7.2.3.1.2.** No decorrer da execução da obra, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

- 7.2.3.2.** Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme estabelecido no Projeto Básico;

- 7.2.3.2.1.** A vistoria será acompanhada por servidor designado pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, para esse fim, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (88) 3418-1288.

- 7.2.3.2.2.** O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o primeiro dia útil anterior a data marcada para a sessão pública conforme definido no preâmbulo deste edital.

- 7.2.3.2.3.** Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

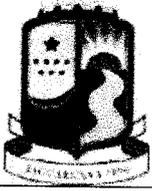
7.2.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- 7.2.4.1.** Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

- 7.2.4.2.** Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE do último exercício anterior, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

7.2.5. CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 7º, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

- 7.2.5.1.** Declaração de que não utiliza de mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos da Lei 9.854, 1999.



8. DA PROPOSTA

8.1. A proposta de preços poderá ser apresentada em conformidade com o Anexo II - Modelo de Proposta deste Edital, podendo ser encaminhada na forma disposta na seção "DA DOCUMENTAÇÃO", ou entregues diretamente à Comissão Permanente de Licitação, na data e horário marcados para abertura da sessão, conforme definido no preâmbulo deste Edital.

8.2. O licitante que não adotar o Modelo proposto deverá apresentar Proposta de preços em estrita observância aos critérios e exigências deste Edital e seus anexos sob pena de desclassificação de sua proposta, devendo, a proposta conter:

- 8.2.1.** A razão social e CNPJ da empresa licitante;
- 8.2.2.** Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes do Projeto Básico e demais documentos técnicos anexos;
- 8.2.3.** Valor Unitário e Total dos serviços;
- 8.2.4.** A Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme Projeto Básico em Anexo;
 - 8.2.4.1.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
 - 8.2.4.2.** Na composição dos preços unitários, o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços.
 - 8.2.4.3.** Todos os dados informados pelo licitante em sua Planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
 - 8.2.4.4.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta, sendo que a planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pela Comissão, desde que não haja majoração do preço proposto.
- 8.2.5.** A composição do BDI, detalhando todos os seus componentes, em valores nominais como também sob a forma percentual, conforme Projeto Básico em Anexo.
 - 8.2.5.1.** Os custos relativos a administração local, mobilização, desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária;
 - 8.2.5.2.** As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;
 - 8.2.5.3.** Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI, nos termos do art. 9º, II do Decreto 7.983, de 2013 (TCU, Súmula 254).
 - 8.2.5.4.** Licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.
 - 8.2.5.5.** Os licitantes optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida no Anexo IV da Lei Complementar 123/2006.
 - 8.2.5.6.** A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;
 - 8.2.5.7.** Será utilizada a taxa de BDI do orçamento base da licitação nos casos de aditivos contratuais incluindo novos serviços, sempre que a taxa de BDI adotada pelo CONTRATADO for injustificadamente elevada, com vistas a



garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo CONTRATADO, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e ao art. 14 do Decreto 7.983/2013;

- 8.2.6.** Cronograma Físico Financeiro, em conformidade com as etapas, prazos e demais aspectos fixados pela Administração no Projeto Básico, ajustado à proposta apresentada, conforme Projeto Básico em Anexo.
- 8.3.** O prazo de validade da proposta será superior a 60 (sessenta), contados a partir da data de sua entrega.
- 8.4.** Em nenhuma hipótese, após aberta a sessão, poderá ser alterado, por parte do Licitante, o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer outra modificação que importe a modificação dos termos originais.
- 8.5.** Serão corrigidos automaticamente pelo Presidente quaisquer erros de soma e/ou de multiplicação.
- 8.5.1.** Em se tratando de erros de soma ou de multiplicação, será sempre levado em consideração, para efeitos de correção, o valor unitário ofertado.
- 8.5.2.** A falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal do licitante presente à reunião de abertura dos Envelopes de Proposta com poderes para esse fim;
- 8.5.3.** Caso não exista representante credenciado que possa sanar os vícios, a proposta será imediatamente desclassificada.
- 8.6.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o CONTRATADO.
- 8.7.** Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

9. DAS REGRAS ACESSÓRIAS DESTE CONVITE

- 9.1.** Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.2.** Quando o contrato for executado por filial da empresa, o licitante deverá comprovar a regularidade fiscal e trabalhista da matriz e da filial.
- 9.3.** Todas as certidões deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor, ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 180 dias contados da data da abertura da sessão pública.
- 9.4.** Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.
- 9.5.** Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados:
- 9.5.1.** Na forma prevista em lei, e quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser apresentados em nome do licitante e com o número do CNPJ;
- 9.5.2.** Em nome da matriz, se o licitante for a matriz;
- 9.5.3.** Em nome da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;
- 9.5.4.** Em original, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada na forma da Lei, exceto quando se tratarem de documentos que, por força da Lei, possuam códigos de validações que possam ser validados através de consulta aos sítios expedidores, dos quais serão juntados aos autos, a qualquer momento, pela Comissão Permanente de Licitação, para efeito de comprovação da consulta.
- 9.6.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Presidente suspenderá a sessão, marcando, oportunamente, nova data e hora para a sua reabertura.
- 9.7.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.8.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.9.** Da sessão pública deste Convite divulgar-se-á Ata na forma definida na Lei.



10. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

10.1. Os conjuntos de documentos relativos a **HABILITAÇÃO**, e **PROPOSTA DE PREÇOS** deverão ser entregues após aberta a sessão pública, separadamente, em envelopes fechados e lacrados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante e contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 1 – HABILITAÇÃO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
CONVITE Nº 002/2017-SEINFRA
(RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE)
(CNPJ)

ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA DE PREÇOS
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
CONVITE Nº 002/2017-SEINFRA
(RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE)
(CNPJ)

10.2. A documentação de credenciamento e a declaração de enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado deverão ser entregues após abertura da sessão, separada dos envelopes de habilitação e proposta de preços.

10.3. Não será admitido o encaminhamento dos envelopes por via postal ou similar.

11. DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DOS ENVELOPES

11.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, quando o licitante, ou o seu representante, deverá entregar ao Presidente, a seguinte documentação:

11.1.1. Declaração de Enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Equiparado, conforme modelo constante de anexo deste Edital, quando se tratar de licitante enquadrado pela Lei Complementar 123/2006;

11.1.2. Documentos de credenciamento;

11.1.3. Documentos de habilitação; e

11.1.4. Proposta de Preços.

11.1.4.1. A não apresentação da declaração de enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado não impede a participação nesta licitação, apenas impede o licitante de usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos Art. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/06.

11.2. Após aberta a sessão, não será permitida a saída dos licitantes da sala, exceto quando:

11.2.1. O Presidente suspender a sessão para realizar os procedimentos deste Convite;

11.2.2. Por motivo superveniente, devidamente comprovado e autorizado pelo Presidente; e

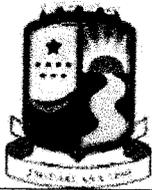
11.2.3. Após o encerramento dos trabalhos da sessão.

11.2.3.1. O desatendimento ao disposto neste item acarretará a exclusão imediata do licitante e a aplicação de sanções previstas na Legislação vigente.

11.3. A Sessão será realizada **EXCLUSIVAMENTE** para o processamento dos documentos de Habilitação e Proposta de Preços, sendo que, durante o seu decurso, não será dirimida ou discutida qualquer dúvida bem como ser prestado qualquer esclarecimento acerca do Edital, da Proposta e/ou das condições para a execução do objeto.

11.3.1. Não será aceita nenhuma documentação após a data e horário marcados para a abertura da sessão, conforme definido no preâmbulo deste Edital, a não ser aquelas solicitadas pela Comissão Permanente de Licitação aos licitantes por conta de eventual diligência.

11.3.2. Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida



a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

11.4. Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação ou proposta de preços apresentadas.

11.5. A seguir, serão identificados os licitantes e proceder-se-á à abertura do ENVELOPE Nº 1 – HABILITAÇÃO.

11.5.1. O conteúdo dos envelopes será rubricado pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes ou por seus representantes, e consultado o Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Prefeitura de Jaguaruana, se for o caso.

11.6. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, a Comissão verificará o eventual descumprimento das condições de participação e da existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.6.1. Para a comprovação de inexistência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação:

11.6.1.1. Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Prefeitura de Jaguaruana;

11.6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

11.6.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

11.7. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu(s) sócio(s) administrador(es), por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.7.1. Da consulta, a critério da comissão, poderá ser juntada documentação de comprovação aos requisitos exigidos.

11.8. Será desclassificado o Licitante que:

11.8.1. Não tiver sido convidado na forma definida por este Edital;

11.8.2. Seja constatada sanção ou impedimento para licitar.

11.8.2.1. A Comissão reputará o licitante, por falta de condição de participação.

11.8.2.1.1. Não ocorrendo a desclassificação por força das situações acima mencionadas, a documentação de habilitação dos licitantes então será verificada, conforme demais exigências previstas neste instrumento convocatório.

11.8.2.1.2. Caso a Comissão julgue conveniente, poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a se reunir, informando os licitantes, sendo que, nessa hipótese, todos os documentos de habilitação já rubricados e o ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA DE PREÇOS, rubricados externamente por todos os licitantes e pelos membros da Comissão, permanecerão em poder desta, até que seja concluída a fase de habilitação.

11.9. Será considerado inabilitado o licitante que:

11.9.1. Não apresentar os documentos exigidos para habilitação no prazo de validade, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados;

11.9.2. Incluir a proposta de preços no ENVELOPE Nº 1 – HABILITAÇÃO.

11.10. Ao licitante inabilitado será devolvido o respectivo ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA DE PREÇOS, sem ser aberto, depois de transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso ou de sua desistência, ou da decisão desfavorável do recurso.

11.11. Após o procedimento de verificação da documentação de habilitação, o ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA DE PREÇOS dos licitantes habilitados serão abertos, na mesma sessão, desde que todos os licitantes tenham desistido expressamente do direito de recorrer, ou em ato público especificamente marcado para este fim,



após o regular decurso da fase recursal.

- 11.11.1. Não ocorrendo a desistência expressa de todos os licitantes, quanto ao direito de recorrer, o ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA DE PREÇOS dos licitantes será rubricado pelos licitantes presentes ao ato e mantidos invioláveis até a posterior abertura.
- 11.11.2. Ultrapassada a fase de habilitação e abertas as propostas, não cabe desclassificar o licitante por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 11.12. As propostas de preços dos licitantes habilitados serão então julgadas, conforme item próprio deste Instrumento Convocatório.
- 11.13. Em todos os atos públicos, serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes credenciados e licitantes presentes.
- 11.14. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Equiparado, esta será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após solicitação da Comissão de Licitação, comprovar a regularização, sendo que o prazo poderá ser prorrogado por igual período.
 - 11.14.1. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.
 - 11.14.2. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Equiparado com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 11.15. A intimação dos atos de habilitação ou inabilitação dos licitantes será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.
- 11.16. Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou proposta, escoimadas das causas que as inabilitaram ou desclassificaram.

12. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 12.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**.
- 12.2. Na data da abertura dos envelopes contendo as propostas, serão rubricados os documentos pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes legais dos licitantes presentes.
- 12.3. A Comissão, caso julgue necessário, poderá suspender a reunião para análise das propostas e se utilizar, se for o caso, de assessoramento técnico específico, através de parecer que integrará o processo.
- 12.4. A Comissão de Licitação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 12.5. Não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital, para efeito de julgamento da proposta.
- 12.6. As propostas serão classificadas em ordem crescente de preços propostos.
- 12.7. A Comissão de Licitação verificará o porte das empresas licitantes classificadas.
- 12.8. Havendo Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, procederá à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, para o fim de se aplicar o disposto nos Art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 2007.
 - 12.8.1. Nessas condições, as propostas de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da proposta de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
 - 12.8.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de apresentar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos, caso esteja presente na sessão ou no prazo de 2 (dois) dias, contados da comunicação da Comissão de Licitação, na hipótese de ausência.
 - 12.8.2.1. Neste caso, a oferta deverá ser escrita e assinada para posterior inclusão nos autos do processo licitatório.
 - 12.8.3. Caso a Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados que se encontrem naquele



intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, nos mesmos prazos estabelecidos no subitem anterior.

12.9. Caso sejam identificadas propostas de preços idênticos de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados empatadas na faixa de até 10% (dez por cento) sobre o valor cotado pela primeira colocada, a Comissão de Licitação convocará os licitantes para que compareçam ao sorteio na data e horário estipulados, para que se identifique aquela que primeiro poderá reduzir a oferta.

12.10. Havendo êxito no procedimento de desempate, será elaborada a nova classificação das propostas para fins de aceitação do valor ofertado.

12.11. Não sendo aplicável o procedimento, ou não havendo êxito na aplicação deste, prevalecerá a classificação inicial.

12.12. Persistindo o empate, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por meio de sorteio, para o qual os licitantes habilitados serão convocados.

12.13. Quando todos os licitantes forem desclassificados, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimadas das causas de desclassificação.

12.14. Será desclassificada a proposta que:

12.14.1. Não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

12.14.2. Contiver vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

12.14.3. Não apresentar as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico ou anexos;

12.14.4. Contiver oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou apresentar preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;

12.14.5. Apresentar, na composição de seus preços:

12.14.5.1. Taxa de Encargos Sociais ou taxa de B.D.I. inverossímil;

12.14.5.2. Custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;

12.14.5.3. Quantitativos de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços.

12.14.6. Apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato;

12.14.6.1. Considera-se manifestamente inexequível a proposta cujo valor global proposto seja inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

12.14.6.1.1. Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração; ou

12.14.6.1.2. Valor orçado pela Administração.

12.14.6.2. Nessa situação, será facultado ao licitante o prazo de 2 (dois) dias úteis para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, sob pena de desclassificação.

12.14.7. A participação na presente licitação implica a concordância do licitante com a adequação de todos os projetos anexos a este edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

12.15. Se a proposta de preço não for aceitável, a Comissão de Licitação examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

12.16. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Comissão de Licitação passar à subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

12.17. Do julgamento das propostas e da classificação, será dada ciência aos licitantes para apresentação de recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

12.18. Interposto o recurso, será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no mesmo



prazo.

12.19. Transcorrido o prazo recursal, sem interposição de recurso, ou decididos os recursos interpostos, a Comissão de Licitação encaminhará o procedimento licitatório para homologação do resultado do certame pela autoridade competente e, após, adjudicação do objeto licitado ao licitante vencedor.

12.20. A intimação do resultado final do julgamento das propostas será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

13. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de licitantes e julgamento das propostas observará o disposto no art. 109, § 4º, da Lei 8.666, de 1993.

13.2. Após cada fase da licitação, os autos do processo ficarão com vista franqueada aos interessados, pelo prazo necessário à interposição de recursos.

13.3. O recurso da decisão que habilitar ou inabilitar licitantes e que julgar as propostas terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir aos demais recursos interpostos, eficácia suspensiva.

13.4. Os recursos deverão ser protocolados na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada à Praça Adolfo Francisco da Rocha, 404, Centro, Jaguaruana-CE, CEP 62.823-000, de segunda a sexta, das 08:00h às 12:00h.

13.5. O recurso será dirigido ao Sr. Alderício Valente Rebouças, Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos do Município de Jaguaruana, Estado do Ceará, por intermédio da Comissão de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14. DA CONTRATAÇÃO E DA VIGÊNCIA

14.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, deverá ser firmado Termo de Contrato, prorrogável na forma dos art. 57, § 1º e 79, §5º da Lei nº 8.666/93.

14.2. O Contrato terá vigência de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por interesse da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do Art. 57 da Lei 8.666/93.

14.2.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar.

14.3. A execução dos serviços será iniciada a partir da assinatura do Contrato.

14.4. A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

14.5. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.5.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 3 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.5.2. O prazo para assinatura e devolução do Termo de Contrato poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos.

14.6. Antes da assinatura do Termo de Contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Prefeitura de Jaguaruana.

14.6.1. Na hipótese de irregularidade no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Prefeitura de Jaguaruana, o CONTRATADO deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.



14.7. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação para celebrar a contratação nas mesmas condições da proposta vencedora, sem prejuízo das sanções previstas em Lei.

14.8. Ao assinar o contrato, o CONTRATADO declara sua expressa concordância com a adequação do projeto básico, sujeitando-se, em caso de alterações contratuais, à disciplina da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes e do Art. 13, Inciso II, do Decreto 7.983, de 2013.

14.9. O contrato será, também, vinculado ao cronograma físico-financeiro da proposta vencedora, que contém especificação física completa das etapas necessárias à medição, ao monitoramento e ao controle das obras, não se aplicando, a partir da assinatura do contrato e para efeito de execução, medição, monitoramento, fiscalização e auditoria, os custos unitários da planilha de formação do preço.

14.10. Os serviços a serem contratados deverão ser executados e concluídos dentro dos prazos estabelecidos, exclusivamente, pelo cronograma físico-financeiro, incluído neste prazo a mobilização e desmobilização e a execução dos serviços propriamente ditos.

14.11. No exclusivo interesse da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, esta poderá emitir, tantas quantas Ordens de Serviço de Execução, ou Ordens de Paralisação, ou Ordens de Reinício de Serviços que se façam necessárias para o bom desenvolvimento dos serviços, desde que devidamente justificada e nos prazos permitidos pela Lei.

14.12. Ocorrendo impedimento, paralisação, ou sustação do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo, não havendo necessidade de Termo Aditivo de Rerratificação, mas de simples apostilamento do novo cronograma físico-financeiro, acompanhado da respectiva justificativa emitido e aprovado pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos.

14.12.1. Para que seja admitida a paralisação dos serviços e/ou sustação deste contrato, o interessado deve comunicar previamente à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos os motivos ensejadores de tal procedimento, informado, inclusive, o prazo.

14.13. Excepcionalmente, os prazos de início de etapas de execução admitem prorrogação, permanecendo as demais cláusulas do contrato e assegurada à manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

14.13.1. Alteração do projeto ou especificações;

14.13.2. Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

14.13.3. Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de execução por ordem e no interesse da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos;

14.13.4. Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos na legislação vigente;

14.13.5. Impedimento de execução do contrato, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos em documento contemporâneo à sua ocorrência;

14.13.6. Omissão ou atraso de providências a cargo da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

14.13.7. Salvo em decorrência de fato imprevisível, ou na hipótese da ocorrência da teoria da imprevisão, caso em que haverá Termo Aditivo, as modificações que vierem a se adotar neste contrato serão efetivadas mediante Termo de Rerratificação Contratual.

15. DO REAJUSTE

15.1. O valor do contrato será fixo e irremovível, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento do CONTRATADO, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do índice INCC (Índice Nacional de Custos da Construção) ou outro que vier a substituí-lo, e afetará exclusivamente as etapas/parcelas do empreendimento cujo atraso não decorra de culpa do CONTRATADO.

16. DO REGIME DE EXECUÇÃO

16.1. O contrato será realizado por execução indireta, sob o regime de Empreitada por Preço Global.



17. DAS ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do CONTRATADO em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

17.3. A assinatura do Contrato implica a concordância do Contratado com a adequação de todos os projetos anexos a este Edital, ao qual se vincula o ajuste, devendo, o CONTRATADO, aquiescer que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

17.4. Somente será feito termo aditivo caso constada necessidade de alterações no projeto ou nas especificações do serviço, em razão do que dispõe o art. 65, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.666/1993, como também do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. O recebimento e a fiscalização do objeto desta Licitação estão definidos no Projeto Básico, anexo deste Edital.

19. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

19.1. As obrigações do Contratante e do Contratado são as definidas no Projeto Básico, anexo deste Edital.

20. DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1. As regras para subcontratação são as definidas no Projeto Básico, anexo deste Edital.

21. DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO

21.1. O Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Projeto Básico, anexo deste Edital.

21.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se ao CONTRATADO o direito à prévia e ampla defesa.

21.3. O CONTRATADO reconhece os direitos da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

21.4. O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

21.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos em relação ao cronograma físico-financeiro, atualizado;

21.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

21.4.3. Indenizações e multas.

22. DO PAGAMENTO

22.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da apresentação da fatura, em conformidade com a Ordem de Serviço, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo CONTRATADO;

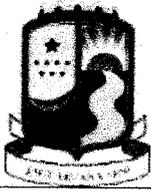
22.1.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

22.2. A Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pelo CONTRATADO, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

22.2.1. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas no Edital e indenização pelos danos decorrentes.

22.3. A Nota Fiscal/Fatura será emitida pelo CONTRATADO de acordo com os seguintes procedimentos:

22.3.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o CONTRATADO apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.



- 22.3.1.1.** Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
- 22.3.1.2.** Se o CONTRATADO vier a adiantar a execução dos serviços, em relação à previsão original constante no Cronograma Físico-Financeiro, poderá apresentar a medição prévia correspondente, ficando a cargo da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos aprovar a quitação antecipada do valor respectivo, desde que não fique constatado atraso na execução dos serviços entendidos como críticos.
- 22.3.1.3.** Juntamente com a primeira medição de serviços, o CONTRATADO deverá apresentar comprovação de matrícula da obra junto à Previdência Social.
- 22.3.2.** A Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a medição prévia relatada pelo CONTRATADO, bem como para avaliar a conformidade dos serviços executados.
- 22.3.2.1.** No caso de etapas não concluídas, serão pagos apenas os serviços efetivamente executados, devendo o CONTRATADO regularizar o cronograma na etapa subsequente.
- 22.3.2.2.** A aprovação da medição prévia apresentada pelo CONTRATADO não o exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.
- 22.4.** Após a aprovação, o CONTRATADO emitirá Nota Fiscal/Fatura no valor da medição definitiva aprovada, obrigatoriamente acompanhada da planilha de medição, com detalhamento dos serviços executados, e de memória de cálculo detalhada.
- 22.5.** O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pelo CONTRATADO, acompanhada dos demais documentos exigidos neste Edital.
- 22.5.1.** O "atesto" da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pelo CONTRATADO com os serviços efetivamente executados, bem como à apresentação dos documentos de comprovação, conforme descrito a seguir.
- 22.5.1.1.** O pagamento da primeira parcela do serviço ficará condicionado à apresentação pelo CONTRATADO dos seguintes documentos:
- 22.5.1.1.1.** Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), referente ao registro da obra, em 02 (duas) vias;
- 22.5.1.1.2.** Cópia da matrícula CEI (Cadastro Específico do INSS) da obra, em 02 (duas) vias;
- 22.5.1.2.** Em se tratando de medição final, o CONTRATADO deverá apresentar o Termo de Recebimento Provisório da Obra, emitido pela FISCALIZAÇÃO.
- 22.6.** O pagamento será precedido de consulta ao Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Prefeitura de Jaguaruana, para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação estabelecidos neste edital.
- 22.6.1.1.** Na hipótese de irregularidade no registro no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Prefeitura de Jaguaruana, o CONTRATADO deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e seus anexos e rescisão do contrato.
- 22.7.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras, sendo que, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Prefeitura de Jaguaruana.
- 22.7.1.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Prefeitura de Jaguaruana deverá comunicar ao responsável pela fiscalização quanto à inadimplência do prestador dos serviços, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 22.7.2.** Havendo a efetiva prestação de serviços, os pagamentos serão realizados normalmente,



até que se decida pela rescisão contratual, caso o CONTRATADO não regularize sua situa o junto ao Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Prefeitura de Jaguaruana;

22.7.3. Persistindo a irregularidade, a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos deverá adotar as medidas necessárias   rescisão do contrato em execu o, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurado ao CONTRATADO a ampla defesa.

22.8. Será efetuada a reten o ou glosa no pagamento, proporcional   irregularidade verificada, sem preju o das san es cabíveis, caso se constate que o CONTRATADO:

22.8.1. Não produziu os resultados acordados;

22.8.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida; ou

22.8.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execu o do objeto, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior   demandada.

22.9. Quando do pagamento, será efetuada a reten o tributária prevista na legisla o aplicável.

22.9.1. O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a reten o tributária quanto aos impostos e contribui es abrangidos por aquele regime, no entanto, o pagamento ficará condicionado   apresenta o de comprova o, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

22.10. A Secretaria de Infraestrutura, Indústria, Comércio e Turismo deduzir , do montante a ser pago, os valores correspondentes às multas e/ou indeniza es devidas pelo CONTRATADO.

22.11. O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao CONTRATADO será precedido de processo administrativo em que será garantido   empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

22.12.   vedado ao CONTRATADO transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

22.13. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Secretaria de Infraestrutura, Indústria, Comércio e Turismo, o valor devido deverá ser acrescido de compensa o financeira, e sua apura o se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados   taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplica o das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I =  ndice de compensa o financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

X = Percentual da taxa anual = 6%.

23. DAS SAN ES ADMINISTRATIVAS.

23.1. Comete infra o administrativa nos termos da Lei não 8.666, de 1993 o CONTRATADO que:

23.1.1. Não executar total ou parcialmente qualquer das obriga es assumidas em decorrência da contrata o;

23.1.2. Ensejar o retardamento da execu o do objeto;

23.1.3. Fraudar na execu o do contrato;

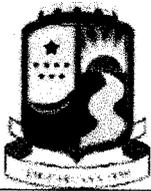
23.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

23.1.5. Cometer fraude fiscal; ou

23.1.6. Não manter a proposta;

23.2. O CONTRATADO que cometer qualquer das infra es acima discriminadas ficará sujeito, sem preju o da responsabilidade civil e criminal, às seguintes san es:

23.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem preju os significativos para a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos;



- 23.2.2.** Multa moratória de 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, sendo que, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, o contrato poderá ser rescindido.
- 23.2.2.1.** Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 15 (quinze) dias úteis autorizará a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos a promover a rescisão do contrato;
- 23.2.2.2.** As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 23.2.3.** Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 23.2.3.1.** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 23.2.4.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, pelo prazo de até dois anos;
- 23.2.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior;
- 23.3.** A aplicação de multa não impede que a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.
- 23.4.** A recusa injustificada do Adjudicatário em assinar o Contrato, após devidamente convocado, dentro do prazo estabelecido pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.
- 23.5.** A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.
- 23.6.** Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, o CONTRATADO que:
- 23.6.1.** Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 23.6.2.** Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 23.6.3.** Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 23.7.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 23.8.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 23.9.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município de Jaguaruana, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
- 23.9.1.** Caso a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 23.10.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Prefeitura de Jaguaruana.
- 23.11.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

24. DA IMPUGNAÇÃO

- 24.1.** Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante esta Administração, o licitante que não



o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas, pelas falhas ou irregularidades que viciariam este Edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

24.2. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

24.3. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666, de 1993, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da referida Lei.

24.4. A impugnação poderá ser realizada por petição protocolada na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada à Praça Adolfo Francisco da Rocha, 404, Centro, Jaguaruana-CE, CEP 62.823-000.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

25.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.4. A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus Anexos, bem como da obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.

25.5. Qualquer modificação no instrumento convocatório exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

25.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da Comissão em sentido contrário.

25.7. É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

25.8. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.9. Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra deste Edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 32, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

25.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

25.11. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.12. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.13. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

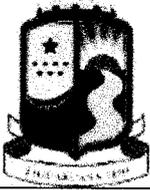
25.14. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão com base nas disposições da Lei n. 8.666, de 1993, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.

25.15. O Edital está disponibilizado, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada à Praça Adolfo Francisco da Rocha, 404, Centro, Jaguaruana-CE, CEP 62.823-000, de segunda a sexta, das 08:00h às 12:00h, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

25.16. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Seção Judiciária da Comarca de Jaguaruana, Estado do Ceará, com exclusão de qualquer outro.

25.17. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

25.17.1. Anexo I – Projeto Básico;



- 25.17.2. Anexo II - Modelo de Proposta;
- 25.17.3. Anexo III - Modelo de Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição Federal;
- 25.17.4. Anexo IV – Declaração de Enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Equiparado;
- 25.17.5. Anexo V – Minuta de Contrato.

Jaguaruana, Estado do Ceará, 06/06/2017.

Natanael Barbosa Claudio
Presidente da Comissão Permanente de Licitação



**PREFEITURA DE JAGUARUANA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04.07-002/2017
CONVITE Nº 002/2017-SEINFRA**

PROJETO BÁSICO

EXECUÇÃO DE OBRAS

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de Empresa especializada no ramo de Engenharia, para execução, mediante Regime de Empreitada por Preço Global, da obra de pavimentação em paralelepípedo rejuntado da Rua Luis Estevão, no Município de Jaguaruana, Estado do Ceará, conforme especificações e elementos técnicos constantes neste Projeto Básico e demais anexos.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Trata-se de contratação para visa a requalificação de via urbana da Cidade.

3. DO VALOR MÁXIMO E DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. O Valor Máximo orçado pela Administração para efeito de avaliação da proposta é de R\$ 102.669,12 (cento e dois mil, seiscentos e sessenta e nove reais e doze centavos), conforme Planilha Orçamentária, Anexo deste Projeto Básico.

3.2. Adotar-se-á a modalidade Convite, uma vez que a contratação do objeto se enquadra nos parâmetros estabelecidos pelo Art. 23, Inciso I, alínea "a" da Lei 8.666/93.

3.3. Os serviços objeto desta licitação são classificados como Obras, visto se enquadrarem nas definições dispostas no Art. 6º, Inciso I da Lei 8.666/93

3.4. A contratação será efetivada mediante a utilização do critério de julgamento de "MENOR PREÇO GLOBAL", mediante Regime de Empreitada por Preço Global, visando viabilizar o adequado gerenciamento da contratação, evitar o desperdício de recursos e afastar riscos de eventuais prejuízos à administração e/ou de comprometimento da qualidade final.

3.5. Os serviços a serem contratados se enquadram nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.6. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados do CONTRATADO e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. DA VISTORIA

4.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante deverá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (88) 3418-1288.

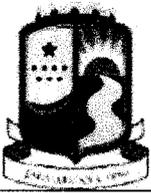
5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. Quando as obras e/ou serviços contratados forem concluídos, caberá ao CONTRATADO apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, a qual competirá, no prazo de até 5 (cinco) dias, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório.

5.1.1. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

5.2. A Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos realizará inspeção minuciosa de todos os serviços e obras executadas, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela obra, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

5.2.1. Após inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas.



5.2.2. O CONTRATADO fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

5.3. O Termo de Recebimento Definitivo das obras e/ou serviços contratados será lavrado em até 15 (quinze) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto às pendências observadas e somente após solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na execução do contrato.

5.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.4. O recebimento definitivo do objeto licitado não exime o CONTRATADO, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

6. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

6.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Administração, especialmente designados, na forma dos Art. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.2. O representante da Administração deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

6.3. A verificação da adequação da prestação contratada deverá ser realizada com base nos critérios previstos nos projetos e demais documentos técnicos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este contrato.

6.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Art. 65, § 1º da Lei nº 8.666, de 1993.

6.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento do CONTRATADO que contenha a sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido nos projetos e demais documentos técnicos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

6.6. O representante da Administração deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto no Art. 67, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666, de 1993.

6.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pelo CONTRATADO, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Contrato e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos Art. 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.8. A fiscalização de que trata esta seção não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

7.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;



7.3. Notificar o CONTRATADO por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

7.4. Pagar ao CONTRATADO o valor resultante da prestação contratual, conforme cronograma físico-financeiro;

7.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços do CONTRATADO, em conformidade com a legislação vigente;

7.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

7.7. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

7.8. Cientificar o órgão de representação judicial responsável para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

7.9. Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

7.10. Exigir do CONTRATADO que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

7.10.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;

7.10.2. Comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

7.10.3. Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

7.10.4. Carta "habite-se", emitida pela prefeitura;

7.10.5. Certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

7.11. A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos no Art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no Art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

8. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. Executar cada uma das fases do empreendimento, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, fornecendo e utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios de qualidade e quantidade compatíveis com as especificações contidas nos projetos e demais documentos técnicos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este contrato, bem como na sua proposta;

8.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.3. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos;

8.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

8.5. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI;

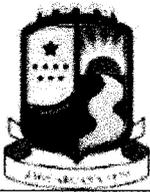
8.6. Apresentar à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução das atividades contratadas;

8.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos;

8.8. Atender às solicitações da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste instrumento contratual;

8.9. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos;

8.10. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar à Secretaria de



Infraestrutura e Serviços Públicos toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

- 8.11.** Relatar à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da execução do empreendimento;
- 8.12.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.13.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.14.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.15.** Manter preposto aceito pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 8.16.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos;
- 8.17.** Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos;
- 8.18.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 8.19.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 8.20.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 8.21.** Paralisar, por determinação da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 8.22.** Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 8.23.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 8.24.** Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis nº 6.496/77 e 12.378/2010);
- 8.25.** Obter junto ao Município, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 8.26.** Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste Projeto Básico e seus anexos, conforme Art. 111 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 8.27.** Assegurar à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos:
 - 8.27.1.** O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
 - 8.27.2.** Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 8.28.** Promover a organização técnica e administrativa das atividades, de modo a conduzi-las eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram ou fundamentam o Projeto Básico e este Contrato, no prazo determinado.
- 8.29.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.



8.30. Submeter previamente, por escrito, à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

8.31. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

8.32. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, no Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou a qualquer tempo se constatado pelo fiscal da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos.

8.33. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações da Resolução nº 448/2012, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, nos seguintes termos:

8.33.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

8.33.2. Nos termos dos Art. 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o CONTRATADO deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

8.33.2.1. Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reserva de material para usos futuros;

8.33.2.2. Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

8.33.2.3. Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

8.33.2.4. Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

8.33.3. Em nenhuma hipótese o CONTRATADO poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

8.33.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o CONTRATADO comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

8.34. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

8.34.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

8.34.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;



8.35. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

8.36. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto no Projeto Básico e demais documentos anexos;

8.37. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);

8.38. Quando não for possível a verificação da regularidade no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Prefeitura de Jaguaruana, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos:

8.38.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

8.38.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

8.38.3. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do CONTRATADO, conforme exigido no instrumento convocatório;

8.38.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

8.38.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.39. Serão de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 o CONTRATADO que:

10.1.1. Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3. Fraudar na execução do contrato;

10.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5. Cometer fraude fiscal; ou

10.1.6. Não mantiver a proposta;

10.2. O CONTRATADO que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

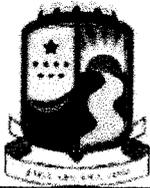
10.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos;

10.2.2. Multa moratória de 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, sendo que, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, o contrato poderá ser rescindido.

10.2.2.1. Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 15 (quinze) dias úteis autorizará à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos a promover a rescisão do contrato;

10.2.2.2. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

10.2.3. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de



inexecução total do objeto;

10.2.3.1. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

10.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, pelo prazo de até dois anos;

10.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior;

10.3. A aplicação de multa não impede que a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

10.4. A recusa injustificada do Adjudicatário em assinar o Contrato, após devidamente convocado, dentro do prazo estabelecido pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

10.5. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

10.6. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, o CONTRATADO que:

10.6.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.6.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.6.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

10.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município de Jaguaruana, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

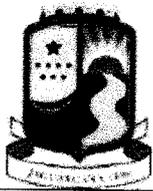
10.9.1. Caso a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Prefeitura de Jaguaruana.

10.11. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Jaguaruana, Estado do Ceará, 26/05/2017.


Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos
Alderício Valente Rebouças
Autoridade Competente

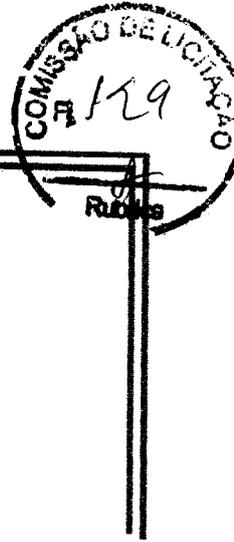


Estado do Ceará
Prefeitura de Jaguaruana
Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos
Administrando Para o Povo



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04.07-002/2017
CONVITE Nº 002/2017-SEINFRA**

**PROJETO BÁSICO
MEMORIAL DESCRITIVO
RESUMO DO ORÇAMENTO
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
MEMÓRIAS DE CÁLCULO
COMPOSIÇÃO DO BDI
TABELA DE ENCARGOS SOCIAIS
RELATÓRIO ANALÍTICO – COMPOSIÇÕES DE CUSTOS
ORÇAMENTO – CURVA ABC**



GOVERNO MUNICIPAL DE JAGUARUANA

PROJETO PAVIMENTAÇÃO EM
PARALELEPÍPEDO REJUNTADO

RUA LUÍS ESTEVÃO

MAIO/2017



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-CE

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará



ART OBRA / SERVIÇO
REGISTRO ANTES DO
TÉRMINO DA
OBRA/SERVIÇO
Nº CE20170195486

INICIAL
INDIVIDUAL

1. Responsável Técnico

CLAUDIA VILLAS BOAS

Título profissional: MBA EM PERÍCIA, AUDITORIA E GESTÃO AMBIENTAL, ENGENHEIRA CIVIL
Empresa contratada: QUOPA ASSESSORIA E SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO LTDA - ME

RNP: 060343690-0
Registro: 42549-4

2. Contratante

Contratante: MUNICÍPIO DE JAGUARUANA
PRAÇA ADOLFO FRANCISCO DA ROCHA

CPF/CNPJ: 07.615.750/0001-17
Nº: 404

Complemento:

Bairro: CENTRO

Cidade: Jaguaruana

UF: CE

CEP: 62823000

País: Brasil

Telefone: (88) 3418-1288

Email: sefinjaguaruana@yahoo.com.br

Contrato: Não especificado

Celebrado em:

Valor: R\$ 2 000,00

Tipo de contratante: PESSOA JURIDICA DE DIREITO PUBLICO

Ação Institucional: NENHUMA - NÃO OPTANTE

3. Dados da Obra/Serviço

Proprietário: MUNICÍPIO DE JAGUARUANA
PRAÇA ADOLFO FRANCISCO DA ROCHA

CPF/CNPJ: 07.615.750/0001-17
Nº: 404

Complemento:

Bairro: CENTRO

Cidade: Jaguaruana

UF: CE

CEP: 62823000

Telefone: (88) 3418-1288

Email: sefinjaguaruana@yahoo.com.br

Coordenadas Geográficas: Latitude: 0 Longitude: 0

Data de Início: 24/05/2017

Previsão de término: 31/12/2017

Finalidade: SEM DEFINIÇÃO

4. Atividade Técnica

A1 - ATUACAO

38 - ORÇAMENTO > RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> INFRA-ESTRUTURA TERRITORIAL -> PAVIMENTAÇÃO -> #1478 - EM PARALELEPÍEDOS

Quantidade
1,00

Unidade
un

5 - PROJETO > RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> INFRA-ESTRUTURA TERRITORIAL -> PAVIMENTAÇÃO -> #1478 - EM PARALELEPÍEDOS

1,00

un

A7 - FISCALIZACAO

17 - FISCALIZAÇÃO > RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> INFRA-ESTRUTURA TERRITORIAL -> PAVIMENTAÇÃO -> #1478 - EM PARALELEPÍEDOS

Quantidade
1,00

Unidade
un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO, PROJETO E FISCALIZAÇÃO DO PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO DA RUA LUÍS ESTEVÃO NO BAIRRO TABULEIRO NO MUNICÍPIO DE JAGUARUANA/CE

6. Declarações

Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe

NENHUMA - NÃO OPTANTE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Jaguaruana, 26 de maio de 2017
Local data

Claudia Villas Boas
CLAUDIA VILLAS BOAS - CPF: 048.266.037-62

MUNICÍPIO DE JAGUARUANA - CNPJ: 07.615.750/0001-17

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

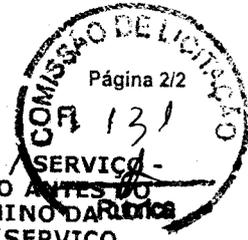
* Somente é considerada válida a ART quando estiver cadastrada no CREA, quitada, possuir as assinaturas originais do profissional e contratante.



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-CE

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará



ART OBRA / SERVIÇO -
REGISTRO ANTES DO
TÉRMINO DA
OBRA/SERVIÇO
Nº CE20170195486

INICIAL
INDIVIDUAL

10. Valor

Valor da ART: R\$ 81,53

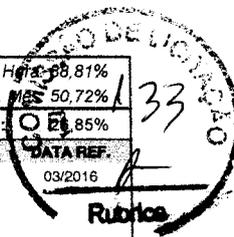
Pago em: 25/05/2017

Nosso Número: 8211998376



ORÇAMENTO

| MEMORIAL DESCRITIVO | | L.S. Hora: 88,81% | |
|---------------------|--|-------------------|--|
| | | L.S. Mes: 50,72% | |
| OBRA: | PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO REJUNTADO - RUA LUIS ESTEVÃO | DATA: | 10/05/2017 |
| ENDEREÇO: | RUA RUA LUIS ESTEVÃO - BAIRRO TABULEIRO - MUNICÍPIO DE JAGUARUANA/CE | BDI: | 85% |
| CLIENTE: | PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA | SEINFRA | 024.1 COM DESONERAÇÃO COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS |
| | | VERSÃO | 03/2016 |



1. SERVIÇOS PRELIMINARES

1.1. C1937 - PLACAS PADRÃO DE OBRA (M2)

2. MOVIMENTO DE TERRA

O movimento de terra obedecerá rigorosamente as cotas e perfis previstos no projeto, cuidando-se para que não haja vegetação de qualquer espécie nas superfícies a receber aterro. O construtor providenciará a drenagem, desvio ou canalização das águas pluviais, evitando que estas venham a prejudicar o andamento das obras. A execução dos trabalhos obedecerá as prescrições da NBR 6122. Para movimento de terras igual ou superior a trezentos metros cúbicos, será obrigatória a utilização de processos mecânicos (tratores, plainas, pé mecânica, pé de carneiro, caminhões basculantes, etc.).

2.1. C3232 - RECONFORMAÇÃO/PATROLAGEM DA PLATAFORMA (M2)

Será executado a Regularização mecanizada através de máquinas, na profundidade de até 0,40m e em seguida compactadas com o objetivo de preparar a via para receber o pavimento de paralelepípedo em pedra granítica.

2.2. C1256 - ESCAVAÇÃO MANUAL CAMPO ABERTO EM TERRA ATÉ 2M (M3)

Para serviços específicos, haverá a necessidade de se realizar escavação manual em campo aberto em terra até 2,0m. Para fins desse serviço, a profundidade é entendida como a distância vertical entre o fundo da escavação e o nível do terreno a partir do qual se começa a escavar manualmente.

3. PAVIMENTAÇÃO

Serão executados em rigorosa obediência ao projeto arquitetônico no que concerne ao tipo, formato, dimensões, cor, etc. Os pisos só serão executados após o assentamento das canalizações que devem passar sob eles, como também, se for o caso, após completado o sistema de drenagem. O dimensionamento da pavimentação será objeto de estudo por firma especializada, no caso de locais e vias domiciliares destinados a suportarem sobrecargas excessivas.

3.1. C2893 - PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO C/ REJUNTAMENTO (AGREGADO ADQUIRIDO) (M2)

A Pavimentação em paralelepípedo consiste no assentamento de pedras Paralelas, sobre lastro de areia grossa com espessura de 15 cm. As pedras deverão ter dimensões entre 15 e 20 cm de comprimento, 10 a 12 cm de largura e 8 a 10 cm de altura, assentadas de modo a se manter um alinhamento ou uma paginação definida.

Área do paralelepípedo adotado = 0,0204 m²

Volume do paralelepípedo adotado = 0,0024 m³

P específico pedra granítica adotado = 1,5 T/m³ (1500 à 2400 kg/m³)

As pedras serão cravadas justapostas de modo a não deixar juntas com largura superior a 3 cm. A pavimentação será executada com rejuntamento em toda a extensão da pavimentação com argamassa de cimento e areia s/ pen. Traço 1:3.

Concluído o assentamento das pedras, será feita a compactação em duas etapas, sendo a primeira de forma manual, com a utilização de malho de 10 a 15 quilos, e a Segunda utilizando-se compactador liso TANDEM AUTROPLOPELIDO.

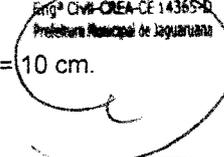
3.2. C3097 - MEIO FIO DE PEDRA GRANÍTICA (M)

O Meio-fio será do tipo pedra granítica seguindo as especificações em projeto.

3.3. C0836 - CONCRETO NÃO ESTRUTURAL PREPARO MANUAL (M3)

sarjeta executada em concreto não estrutural moldada in loco. largura= 35cm e espessura= 10 cm.

Claudia Villas Boas
Eng.ª Civil - CREA-CE 14365-D
Prefeitura Municipal de Jaguaruana



4. DIVERSOS

| MEMORIAL DESCRITIVO | | L.S. Horas: 88,81% | |
|---|-----------|--|--|
| | | L.S. Mé: 30,72% | |
|  | OBRA: | PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO REJUNTADO - RUA LUIS ESTEVÃO | DATA : 10/05/2017 |
| | ENDEREÇO: | RUA RUA LUIS ESTEVÃO - BAIRRO TABULEIRO - MUNICIPIO DE JAGUARUANA/CE | BDI : 26,85% |
| | CLIENTE: | PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA | FONTE VERSÃO SEINFRA 024.1 COM DESONERAÇÃO COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS |

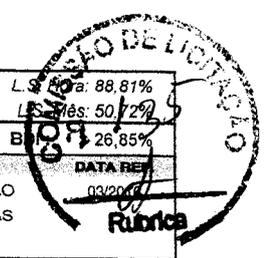
134
 Rubrica

4.1. C3447 - LIMPEZA DE PISO EM ÁREA URBANIZADA (M2)

LIMPEZA DA ÁREA PAVIMENTADA, ÁREA TOTAL.

Claudia Villas Bóas
 Eng.ª Civil - CREA-CE 14365-D
 Prefeitura Municipal de Jaguaruana

| | | | | |
|---|----------------------------|--|-----------------|--|
|  | RESUMO DO ORÇAMENTO | | L.S. nº: 88,81% | |
| | OBRA: | PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO REJUNTADO - RUA LUIS ESTEVÃO | DATA : | 10/05/2017 |
| | ENDEREÇO: | RUA RUA LUIS ESTEVÃO - BAIRRO TABULEIRO - MUNICÍPIO DE JAGUARUANA/CE | FONTE | SEINFRA |
| | CLIENTE: | PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA | VERSÃO | 024.1 COM DESONERAÇÃO COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS |



| CÓDIGO | DESCRIÇÃO | PREÇO TOTAL | % |
|---------------------------------|---------------------------------------|-------------------|---------------|
| 1 | SERVIÇOS PRELIMINARES | 771,00 | 0,75 |
| 2 | MOVIMENTO DE TERRA | 601,97 | 0,59 |
| 3 | PAVIMENTAÇÃO | 78.363,89 | 76,33 |
| 4 | DIVERSOS | 1.200,56 | 1,17 |
| 5 | Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) | 21.731,70 | 21,17 |
| Valor total do Orçamento | | 102.669,12 | 100,00 |

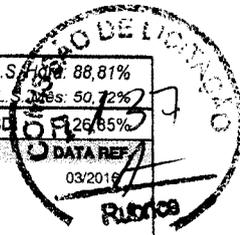
Cento e Dois Mil Seiscentos e Sessenta e Nove reais e Doze centavos


Claudia Villas Boas
 Eng.º Civil - CREA - CE - 14365-D
 Prefeitura Municipal de Jaguaruana

| | | | | | |
|---|------------------------------------|--|--------|--|--------|
|  | PLANILHA ORÇAMENTÁRIA | | | L. 186/2016 Mês: 50,72% 2017 2018 03/2016 Rubrica | |
| | OBRA: | PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO REJUNTADO - RUA LUIS ESTEVÃO | DATA : | 10/05/2017 | |
| | ENDEREÇO: | RUA RUA LUIS ESTEVÃO - BAIRRO TABULEIRO - MUNICÍPIO DE JAGUARUANA/CE | FONTE | SEINFRA | VERSÃO |
| CLIENTE: | PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA | | | | |

| ITEM | CÓDIGO | DESCRIÇÃO | FONTE | UNIDADE | QTD | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL R\$ |
|--|------------------------------|---|---------|---------|----------|------------------------------------|-------------------|
| 1 | SERVIÇOS PRELIMINARES | | | | | | 771,00 |
| 1.1 | C1937 | PLACAS PADRÃO DE OBRA | SEINFRA | M2 | 6,00 | 128,50 | 771,00 |
| 2 | MOVIMENTO DE TERRA | | | | | | 601,97 |
| 2.1 | C3232 | RECONFORMAÇÃO/PATROLAGEM DA PLATAFORMA | SEINFRA | M2 | 1.715,09 | 0,06 | 102,91 |
| 2.2 | C1256 | ESCAVAÇÃO MANUAL CAMPO ABERTO EM TERRA ATÉ 2M | SEINFRA | M3 | 18,47 | 27,02 | 499,06 |
| 3 | PAVIMENTAÇÃO | | | | | | 78.363,89 |
| 3.1 | C2893 | PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO C/ REJUNTAMENTO (AGREGADO ADQUIRIDO) | SEINFRA | M2 | 1.530,39 | 42,68 | 65.317,05 |
| 3.2 | C3097 | MEIO FIO DE PEDRA GRANÍTICA | SEINFRA | M | 527,72 | 14,50 | 7.651,94 |
| 3.3 | C0836 | CONCRETO NÃO ESTRUTURAL PREPARO MANUAL | SEINFRA | M3 | 18,47 | 292,09 | 5.394,90 |
| 4 | DIVERSOS | | | | | | 1.200,56 |
| 4.1 | C3447 | LIMPEZA DE PISO EM ÁREA URBANIZADA | SEINFRA | M2 | 1.715,09 | 0,70 | 1.200,56 |
| | | | | | | Valor Orçamento (A): | 80.937,42 |
| | | | | | | Valor Encargos (B): | 8.756,40 |
| | | | | | | Total sem Encargos (A - B): | 72.181,02 |
| | | | | | | Valor BDI (C): | 21.731,70 |
| | | | | | | Valor BDI Diferenciado (D): | 0,00 |
| | | | | | | Valor Total (A + C + D): | 102.669,12 |
| Cento e Dois Mil Seiscentos e Sessenta e Nove reais e Doze centavos | | | | | | | |


 Claudia Villas Boas
 Eng. Civil - CR 14385-0
 Prefeitura Municipal de Jaguaruana

| | | | | |
|---|-------------------------------------|--|-----------------------|--|
|  | CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO | | L.S. 100: 88,81% | |
| | OBRA: | PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO REJUNTADO - RUA LUIS ESTEVÃO | DATA : | 10/05/2017 |
| | ENDEREÇO: | RUA RUA LUIS ESTEVÃO - BAIRRO TABULEIRO - MUNICÍPIO DE JAGUARUANA/CE | VERBAO | COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS |
| CLIENTE: | PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA | SEINFRA | 024.1 COM DESONERAÇÃO |  |

| ITEM | DESCRIÇÃO | VALOR (R\$) | MÊS1 | MÊS2 | MÊS3 | Total parcela |
|------|---------------------------------------|-------------------|------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| 1 | SERVIÇOS PRELIMINARES | 771,00 | 100,00 % | | | 100,00 % |
| | | | 771,00 | | | 771,00 |
| 2 | MOVIMENTO DE TERRA | 601,97 | 40,00 % | 30,00 % | 30,00 % | 100,00 % |
| | | | 240,79 | 180,59 | 180,59 | 601,97 |
| 3 | PAVIMENTAÇÃO | 78.363,89 | 33,00 % | 34,00 % | 33,00 % | 100,00 % |
| | | | 25.860,08 | 26.643,72 | 25.860,09 | 78.363,89 |
| 4 | DIVERSOS | 1.200,56 | | | 100,00 % | 100,00 % |
| | | | | | 1.200,56 | 1.200,56 |
| 5 | Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) | 21.731,70 | 33,20 % | 33,15 % | 33,65 % | 100,00 % |
| | | | 7.214,92 | 7.204,06 | 7.312,72 | 21.731,70 |
| | | 102.669,12 | 34.086,79 | 34.028,37 | 34.553,96 | 102.669,12 |
| | | | 34.086,79 | 68.115,16 | 102.669,12 | 102.669,12 |

Claudia Villas Boas
 Engª Civil - CREA-CE 14.100-5
 Prefeitura Municipal de Jaguaruana

| MEMÓRIAS DE CÁLCULO | | | |
|---|------------------|--|--|
|  | OBRA: | PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO REJUNTADO - RUA LUÍS ESTEVÃO | DATA : 10/05/2017 |
| | ENDEREÇO: | RUA RUA LUÍS ESTEVÃO - BAIRRO TABULEIRO - MUNICÍPIO DE JAGUARUANA/CE | FONTE VERSÃO |
| | CLIENTE: | PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA | SEINFRA 024.1 COM DESONERAÇÃO COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS |

Hora: 88,81%
 Mes: 80,72%
 26,85%
 03/2017
 Rubrica

2.1. C3232 - RECONFORMAÇÃO/PATROLAGEM DA PLATAFORMA (M2)

| | | EXT | L | QTD |
|------------|-------|--------|-----|---------|
| área total | EXT*L | 263.86 | 6.5 | 1715,09 |
| | | | | 1715,09 |

2.2. C1256 - ESCAVAÇÃO MANUAL CAMPO ABERTO EM TERRA ATÉ 2M (M3)

| | | EXT | QTD |
|---------|-------------------|---------|-------|
| SARJETA | 263,86*0,35*0,1*2 | 18.4702 | 18,47 |
| | | | 18,47 |

3.1. C2893 - PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO C/ REJUNTAMENTO (AGREGADO ADQUIRIDO) (M2)

| | | EXT | L | QTD |
|----------------------------|-------|--------|-----|---------|
| área total de pavimentação | EXT*L | 263.86 | 5.8 | 1530,39 |
| | | | | 1530,39 |

3.2. C3097 - MEIO FIO DE PEDRA GRANÍTICA (M)

| | | EXT | N | QTD |
|----------------------------------|-------|--------|-----|--------|
| extensão de pavimentação LD e LE | EXT*N | 263.86 | 2.0 | 527,72 |
| | | | | 527,72 |

3.3. C0836 - CONCRETO NÃO ESTRUTURAL PREPARO MANUAL (M3)

| | | EXT | QTD |
|-----------------------------------|-----------------|--------|-------|
| sarjeta moldada "in loco" LD e LE | EXT*0,35*0,10*2 | 263.86 | 18,47 |
| | | | 18,47 |

4.1. C3447 - LIMPEZA DE PISO EM ÁREA URBANIZADA (M2)

| | | EXT | QTD |
|------------|-------------|---------|---------|
| área total | 263,86*6,50 | 1715.09 | 1715,09 |
| | | | 1715,09 |


 Claudia Villas Bôas
 Engenheira Civil - CREA 048005
 Prefeitura Municipal de Jaguaruana



COMPOSIÇÃO DO BDI

| | |
|-----------|--|
| OBRA: | PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO REJUNTADO - RUA LUIS ESTEVÃO |
| ENDEREÇO: | RUA RUA LUIS ESTEVÃO - BAIRRO TABULEIRO - MUNICIPIO DE JAGUARUANA/CE |
| CLIENTE: | PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA |

| | |
|---------|-----------------------|
| DATA : | 10/05/2017 |
| FONTE | VERSÃO |
| SEINFRA | 024.1 COM DESONERAÇÃO |
| | COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS |



| COD | DESCRIÇÃO | % |
|-----|------------------|------|
| B | BENEFICIO | |
| S+G | GARANTIA/SEGUROS | 0,32 |
| L | LUCRO | 6,64 |
| | TOTAL | 6,96 |

| | | |
|----|-----------------------|------|
| DI | DESPESAS INDIRETAS | |
| AC | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 3,80 |
| DF | DESPESAS FINANCEIRAS | 1,02 |
| R | RISCOS | 0,50 |
| | TOTAL | 5,32 |

| | | |
|---|---|-------|
| I | IMPOSTOS | |
| | COFINS | 3,00 |
| | CPRB (4,5 %, APENAS QUANDO TIVER DESONERAÇÃO INSS) | 4,50 |
| | ISS EFETIVO = ALIQUOTA ISS X BASE DE CÁLCULO = 3% X 100/100 | 3,00 |
| | PIS | 0,65 |
| | TOTAL | 11,15 |

BDI = 26,85%

$$(((1+AC+S+R+G)*(1+DF)*(1+L))/(1-I))-1$$

Claudia Vilas Boas
Eng. Civil - CREA 02/14887/D
Prefeitura Municipal de Jaguaruana



COMPOSIÇÃO DO BDI

L.S. 88,81%

L.S. 50,73%

BDI 26,85%

DATA REF. 03/2016

Rubrica

| | |
|------------------|--|
| OBRA: | PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIPEDO REJUNTADO - RUA LUIS ESTEVÃO |
| ENDEREÇO: | RUA RUA LUIS ESTEVAO - BAIRRO TABULEIRO - MUNICIPIO DE JAGUARUANA/CE |
| CLIENTE: | PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA |

| | |
|---------------|--|
| DATA : | 10/05/2017 |
| FONTE | VERSÃO |
| SEINFRA | 024.1 COM DESONERAÇÃO COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS |

| COD | DESCRIÇÃO | % |
|----------|------------------|-------------|
| B | BENEFÍCIO | |
| S+G | GARANTIA/SEGUROS | 0,32 |
| L | LUCRO | 6,64 |
| | TOTAL | 6,96 |

| | | |
|-----------|---------------------------|-------------|
| DI | DESPESAS INDIRETAS | |
| AC | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 3,80 |
| DF | DESPESAS FINANCEIRAS | 1,02 |
| R | RISCOS | 0,50 |
| | TOTAL | 5,32 |

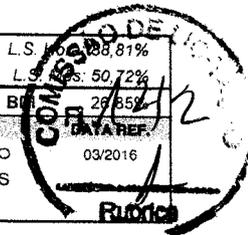
| | | |
|----------|--|--------------|
| I | IMPOSTOS | |
| | PIS | 0,65 |
| | COFINS | 3,00 |
| | ISS EFETIVO = ALIQUOTA ISS X BASE DE CALCULO = 5% X 60/100 | 3,00 |
| | CPRB (4.5%, APENAS QUANDO TIVER DESONERAÇÃO INSS) | 4,50 |
| | TOTAL | 11,15 |

BDI = 26,85%

$$(((1+AC+S+R+G)*(1+DF)*(1+L))/(1-I))-1$$

Claudia Villas Bôas
Eng^o Civil - CREA-CE 14365-D
Prefeitura Municipal de Jaguaruana

| | | | | |
|---|--|--|-----------------------|--|
|  | RELATÓRIO ANALÍTICO - COMPOSIÇÕES DE CUSTOS | | L.S. 106/2016: 88,81% | |
| | OBRA: | PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO REJUNTADO - RUA LUÍS ESTEVÃO | DATA: | 10/05/2017 |
| | ENDEREÇO: | RUA RUA LUÍS ESTEVÃO - BAIRRO TABULEIRO - MUNICÍPIO DE JAGUARUANA/CE | FONTE: | SEINFRA |
| | CLIENTE: | PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA | VERSÃO: | 024.1 COM DESONERAÇÃO COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS |



1.1. C1937 - PLACAS PADRÃO DE OBRA (M2)

| MAO DE OBRA | Fonte | Unidade | Coefficiente | Preço | Total |
|----------------|---------|---------|--------------|-------|-------|
| 12543 SERVENTE | SEINFRA | H | 2,000000 | 9,22 | 18,44 |
| Total: | | | | | 18,44 |

| MATERIAIS | Fonte | Unidade | Coefficiente | Preço | Total |
|---|---------|---------|--------------|-------|--------|
| 10537 CHAPA DE AÇO GALVANIZADA ESP. 0.3MM | SEINFRA | M2 | 1,020000 | 29,50 | 30,09 |
| 11100 ESMALTE SINTETICO | SEINFRA | L | 1,000000 | 12,00 | 12,00 |
| 11691 PONTALETE / BARROTE DE 3"x3" | SEINFRA | M | 4,500000 | 14,79 | 66,56 |
| 11725 PREGO 15X15 | SEINFRA | KG | 0,150000 | 9,40 | 1,41 |
| Total: | | | | | 110,06 |

Valor Simples: 119,82
 Encargos Embutidos (88.81%): 8,68
 Valor com Encargos: 128,50

Total Geral: 128,50

2.1. C3232 - RECONFORMAÇÃO/PATROLAGEM DA PLATAFORMA (M2)

| EQUIPAMENTOS (CHORARIO) | Fonte | Unidade | Coefficiente | Preço | Total |
|-----------------------------|---------|---------|--------------|--------|-------|
| 10642 MOTO NIVELADORA (CHI) | SEINFRA | H | 0,000000 | 49,32 | 0,00 |
| 10756 MOTO NIVELADORA (CHP) | SEINFRA | H | 0,000278 | 196,50 | 0,05 |
| Total: | | | | | 0,05 |

| MAO DE OBRA | Fonte | Unidade | Coefficiente | Preço | Total |
|----------------|---------|---------|--------------|-------|-------|
| 12543 SERVENTE | SEINFRA | H | 0,000556 | 9,22 | 0,01 |
| Total: | | | | | 0,01 |

Valor Simples: 0,05
 Encargos Embutidos (88.81%): 0,01
 Valor com Encargos: 0,06

Total Geral: 0,06

2.2. C1256 - ESCAVAÇÃO MANUAL CAMPO ABERTO EM TERRA ATÉ 2M (M3)

| MAO DE OBRA | Fonte | Unidade | Coefficiente | Preço | Total |
|----------------|---------|---------|--------------|-------|-------|
| 12543 SERVENTE | SEINFRA | H | 2,930000 | 9,22 | 27,02 |
| Total: | | | | | 27,02 |

Valor Simples: 14,30
 Encargos Embutidos (88.81%): 12,72
 Valor com Encargos: 27,02

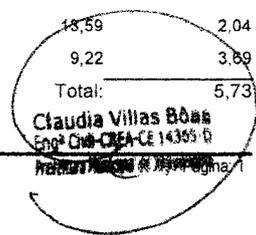
Total Geral: 27,02

3.1. C2893 - PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO C/ REJUNTAMENTO (AGREGADO ADQUIRIDO) (M2)

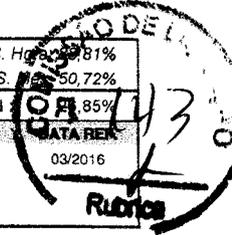
| EQUIPAMENTOS (CHORARIO) | Fonte | Unidade | Coefficiente | Preço | Total |
|---|---------|---------|--------------|-------|-------|
| 10726 COMPACTADOR LISO TANDEM AUTOPROPELIDO (CHP) | SEINFRA | H | 0,010000 | 72,26 | 0,72 |
| Total: | | | | | 0,72 |

| MAO DE OBRA | Fonte | Unidade | Coefficiente | Preço | Total |
|------------------|---------|---------|--------------|-------|-------|
| 10445 CALCETEIRO | SEINFRA | H | 0,150000 | 18,59 | 2,04 |
| 12543 SERVENTE | SEINFRA | H | 0,400000 | 9,22 | 3,69 |
| Total: | | | | | 5,73 |

| MATERIAIS |
|-----------|
| |



| RELATÓRIO ANALÍTICO - COMPOSIÇÕES DE CUSTOS | | L.S. HONORÁRIOS 81% | |
|---|---|--------------------------|--|
|  | OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO REJUNTADO - RUA LUÍS ESTEVÃO | DATA : 10/05/2017 | BDI: 85% |
| | ENDEREÇO: RUA RUA LUÍS ESTEVÃO - BAIRRO TABULEIRO - MUNICÍPIO DE JAGUARUANA/CE | FONTE | VERSÃO |
| | CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA | SEINFRA | 024.1 COM DESONERAÇÃO COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS |



| | | | | | | |
|-------|----------------------------|---------|----|-----------|---------------|--------------|
| 10111 | AREIA VERMELHA | SEINFRA | M3 | 0,150000 | 46,00 | 6,90 |
| 12527 | PARALELEPÍEDO (11 X 18 CM) | SEINFRA | UN | 32,000000 | 0,71 | 22,72 |
| | | | | | Total: | 29,62 |

SERVIÇOS

| | | | | | | |
|-------|---|---------|----|----------|---------------|-------------|
| C0171 | ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/PEN. TRAÇO 1:4 | SEINFRA | M3 | 0,020000 | 330,66 | 6,61 |
| | | | | | Total: | 6,61 |

Valor Simples: 39,03
Encargos Embutidos (88.81%): 3,65
Valor com Encargos: 42,68

Total Geral: 42,68

3.2. C3097 - MEIO FIO DE PEDRA GRANÍTICA (M)

| MAO DE OBRA | Fonte | Unidade | Coefficiente | Preço | Total |
|----------------|---------|---------|--------------|-------|--------------------|
| 12391 PEDREIRO | SEINFRA | H | 0,150000 | 13,59 | 2,04 |
| 12543 SERVENTE | SEINFRA | H | 0,300000 | 9,22 | 2,77 |
| | | | | | Total: 4,80 |

MATERIAIS

| | | | | | | |
|-------|-----------------------------|---------|---|----------|---------------|-------------|
| 12520 | MEIO FIO DE PEDRA GRANITICA | SEINFRA | M | 1,000000 | 8,25 | 8,25 |
| | | | | | Total: | 8,25 |

SERVIÇOS

| | | | | | | |
|-------|--|---------|----|----------|---------------|-------------|
| C0588 | CAIAÇÃO EM DUAS DEMÃOS COM SUPERCAL | SEINFRA | M2 | 0,250000 | 3,04 | 0,76 |
| C2784 | ESCAVAÇÃO MANUAL SOLO DE 1A CAT. PROF. ATÉ 1.50m | SEINFRA | M3 | 0,020000 | 24,44 | 0,49 |
| C3324 | ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA TRAÇO 1:4 COM AREIA PRODUZIDA | SEINFRA | M3 | 0,000700 | 282,92 | 0,20 |
| | | | | | Total: | 1,45 |

Valor Simples: 11,66
Encargos Embutidos (88.81%): 2,84
Valor com Encargos: 14,50

Total Geral: 14,50

3.3. C0836 - CONCRETO NÃO ESTRUTURAL PREPARO MANUAL (M3)

| MAO DE OBRA | Fonte | Unidade | Coefficiente | Preço | Total |
|----------------|---------|---------|--------------|-------|---------------------|
| 12543 SERVENTE | SEINFRA | H | 10,000000 | 9,22 | 92,22 |
| | | | | | Total: 92,22 |

MATERIAIS

| | | | | | | |
|-------|------------------|---------|----|------------|---------------|---------------|
| 10109 | AREIA MEDIA | SEINFRA | M3 | 0,778000 | 46,00 | 35,79 |
| 10280 | BRITA | SEINFRA | M3 | 0,965800 | 56,00 | 54,08 |
| 10805 | CIMENTO PORTLAND | SEINFRA | KG | 220,000000 | 0,50 | 110,00 |
| | | | | | Total: | 199,87 |

Valor Simples: 248,69
Encargos Embutidos (88.81%): 43,40
Valor com Encargos: 292,09

Total Geral: 292,09

4.1. C3447 - LIMPEZA DE PISO EM ÁREA URBANIZADA (M2)

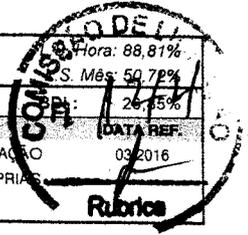
| MAO DE OBRA | Fonte | Unidade | Coefficiente | Preço | Total |
|----------------|---------|---------|--------------|-------|-------|
| 12543 SERVENTE | SEINFRA | H | 0,075000 | 9,22 | 0,69 |



RELATÓRIO ANALÍTICO - COMPOSIÇÕES DE CUSTOS

| | |
|------------------|--|
| OBRA: | PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIEDO REJUNTADO - RUA LUIS ESTEVÃO |
| ENDEREÇO: | RUA RUA LUIS ESTEVÃO - BAIRRO TABULEIRO - MUNICIPIO DE JAGUARUANA/CE |
| CLIENTE: | PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA |

| | | |
|----------------------|-----------------------|------------------|
| DATA : | 10/05/2017 | |
| FONTE | VERSÃO | DATA REF. |
| SEINFRA | 024.1 COM DESONERAÇÃO | 03/2016 |
| COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS | | |



| | |
|------------------------------|------|
| Total: | 0,69 |
| Valor Simples: | 0,37 |
| Encargos Embutidos (88.81%): | 0,33 |
| Valor com Encargos: | 0,70 |
| Total Geral: | 0,70 |

Claudia Villas Boas
Engª Civil-CREA-CE 14365-D
Prefeitura Municipal de Jaguaruana

ORÇAMENTO - CURVA ABC

OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO REJUNTADO - RUA LUIS ESTEVÃO
ENDEREÇO: RUA RUA LUIS ESTEVÃO - BAIRRO TABULEIRO - MUNICÍPIO DE JAGUARUANA/CE
CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA

DATA: 10/05/2017
BDI: 26,85%
L.S. Hora: 88,81%
L.S. Mês: 50,72%

FONTE: SEINFRA
VERSÃO: 024.1 COM DESONERAÇÃO COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS
DATA REF.: 03/2016



| CÓDIGO | DESCRIÇÃO | FONTE | TIPO | UNIDADE | QUANTIDADE | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL | % | ACUMUL. % | CL |
|--------|---|---------|---------|---------|------------|----------------|-------------|---------|-----------|----|
| C2893 | PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO/ REJUNTAMENTO (AGREGADO ADQUIRIDO) | SEINFRA | SERVICO | M2 | 1.530,39 | 42,68 | 65.324,54 | 80,7099 | 80,71 | A |
| C3067 | MEIO FIO DE PEDRA GRANÍTICA | SEINFRA | SERVICO | M | 527,72 | 14,50 | 7.652,31 | 9,4546 | 90,16 | C |
| C0836 | CONCRETO NÃO ESTRUTURAL PREPARO MANUAL | SEINFRA | SERVICO | M3 | 18,47 | 292,09 | 5.394,90 | 6,6655 | 96,83 | C |
| C3447 | LIMPEZA DE PISO EM ÁREA URBANIZADA | SEINFRA | SERVICO | M2 | 1.715,09 | 0,70 | 1.192,85 | 1,4738 | 98,30 | C |
| C1937 | PLACAS PADRÃO DE OBRA | SEINFRA | SERVICO | M2 | 6,00 | 128,50 | 771,00 | 0,9526 | 99,26 | C |
| C1256 | ESCAVAÇÃO MANUAL CAMPO ABERTO EM TERRA ATÉ 2M | SEINFRA | SERVICO | M3 | 18,47 | 27,02 | 498,99 | 0,6165 | 99,87 | C |
| C3232 | RECONFORMAÇÃO/PATROLAGEM DA PLATAFORMA | SEINFRA | SERVICO | M2 | 1.715,09 | 0,06 | 95,02 | 0,1174 | 99,99 | C |

5.531,23

Subtotal até 99,99% 80.929,61

Outros 7,81

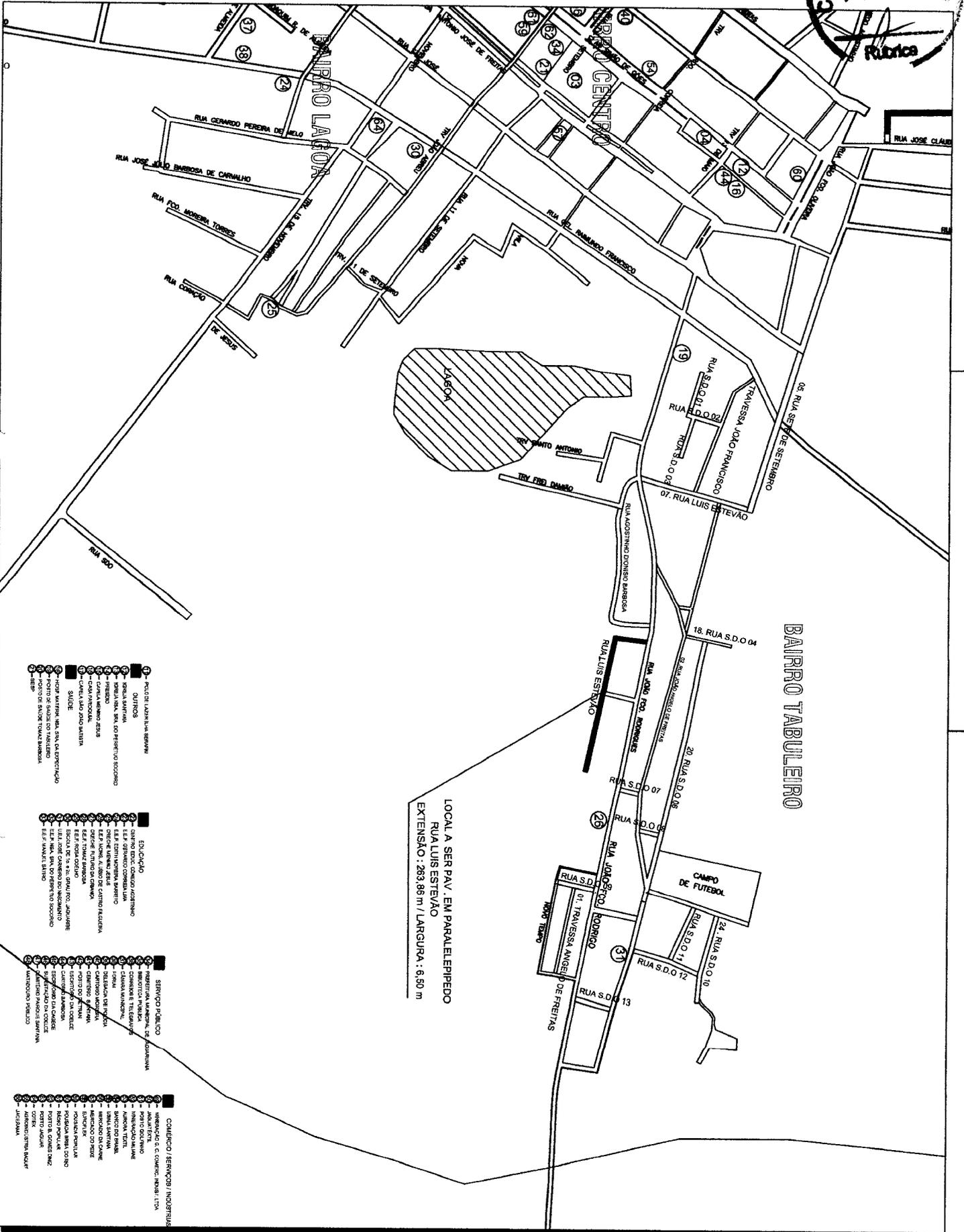
Valor total do Orçamento 80.937,42



Claudia Villas - 8626
 Eng. Civil - CREA-CE 14365-D
 Prefeitura Municipal de Jaguaruana



ANEXOS



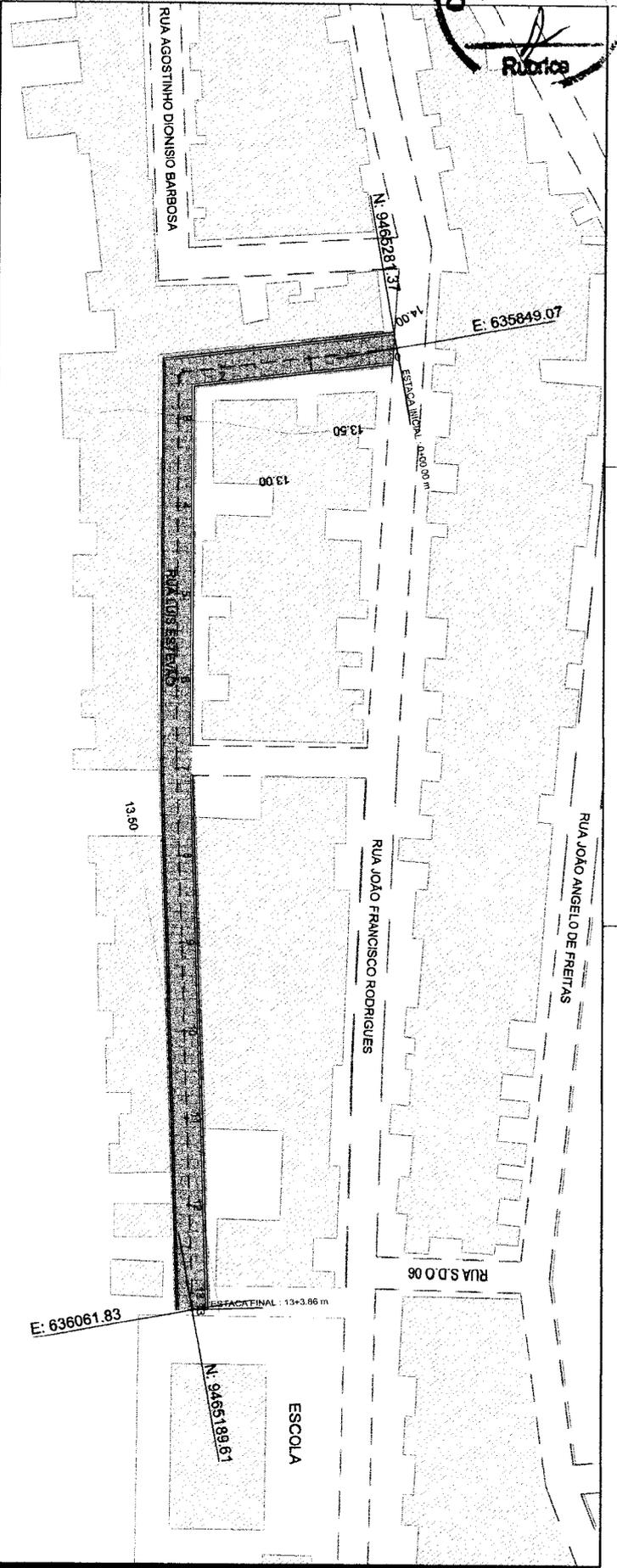
LOCAL A SER PAV. EM PARALELEPÍPEDO
 RUA LUIS ESTEVÃO
 EXTENSÃO : 283,96 m / LARGURA : 6,50 m

- 1 - PAVIMENTO DE CIMENTO PORTLAND
- 2 - CANTO
- 3 - BARRIL DE ALUMÍNIO
- 4 - BARRIL DE FERRO
- 5 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 6 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 7 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 8 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 9 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 10 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 11 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 12 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 13 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 14 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 15 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 16 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 17 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 18 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 19 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 20 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 21 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 22 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 23 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 24 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 25 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 26 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 27 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 28 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 29 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 30 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 31 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 32 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 33 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 34 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 35 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 36 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 37 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 38 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 39 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 40 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 41 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 42 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 43 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 44 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 45 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 46 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 47 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 48 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 49 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 50 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 51 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 52 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 53 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 54 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 55 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 56 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 57 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 58 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 59 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 60 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 61 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 62 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 63 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 64 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 65 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 66 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 67 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 68 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 69 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 70 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 71 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 72 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 73 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 74 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 75 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 76 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 77 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 78 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 79 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 80 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 81 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 82 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 83 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 84 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 85 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 86 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 87 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 88 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 89 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 90 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 91 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 92 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 93 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 94 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 95 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 96 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 97 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 98 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 99 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND
- 100 - BARRIL DE CIMENTO PORTLAND

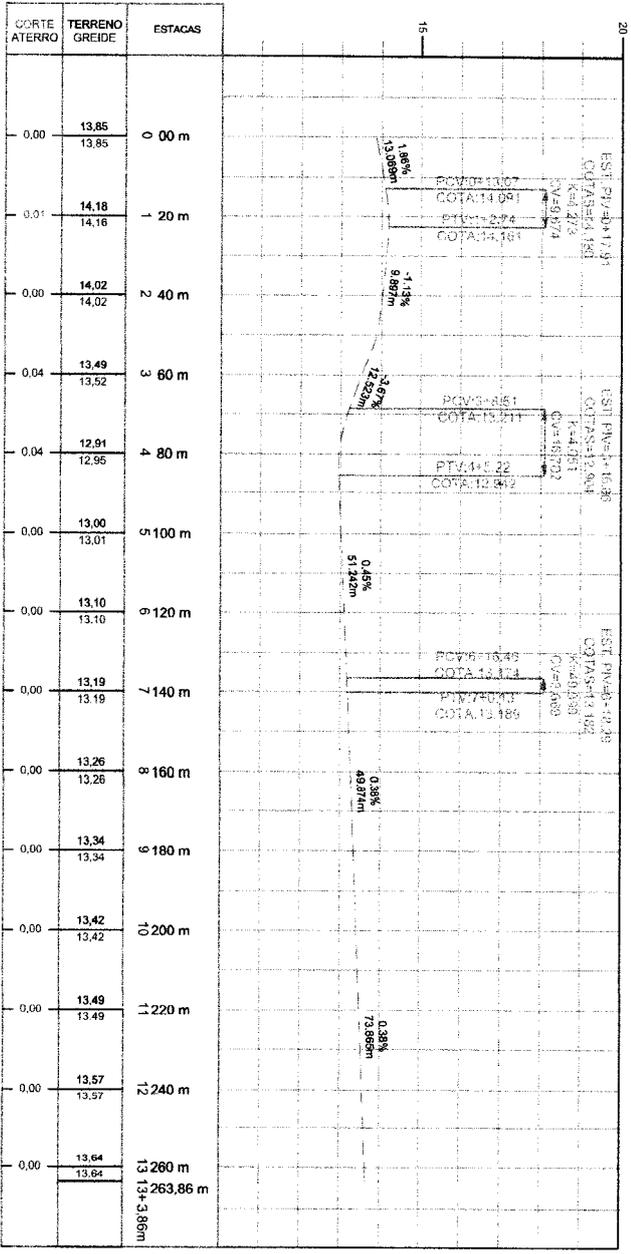
OS FORMATO E TÉCNICA REPRESENTAÇÃO SÃO DE PROPRIEDADE DE PROJETAR ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA. O
 ÍTIO CONTEÚDO NESTA PLANÍCIA NÃO PODEM SER COPIADO, DIVULGADO, ATENDECIOS OU UTILIZADO, INTÉ
 CU PARCIALMENTE, SEM O CONSENTIMENTO ESCRITO DOS ARQUITETOS. CONCORDAR REGE A LEI DE DIRETO AUTORA. (nº 8610/89).

| | | | |
|-------------|--|-------------|---------------------|
| PROJETO | PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO NAS RUAS DA SEDE | RESPONSÁVEL | CLAUDIA VILLAS BOAS |
| CONTRATANTE | GOVERNO MUNICIPAL DE JAGUARUANA | DESENHO | JOELSON MIRANDA |
| ENDEREÇO | RUA LUIS ESTEVÃO - SEDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUANA - CEARÁ | | |
| CONTEÚDO | PLANTA DE LOCALIZAÇÃO | | |

| | | | |
|-------|----------|--------|--------|
| DATA | MAR/2017 | ESCALA | 1/5000 |
| 01-04 | | | |



COTAS



| CORTE ATERRO | TERRENO GREIDE | ESTACAS |
|--------------|----------------|-------------|
| 0.00 | 13.85 13.85 | 0 00 m |
| 0.01 | 14.18 14.16 | 1 20 m |
| 0.00 | 14.02 14.02 | 3 40 m |
| 0.04 | 13.49 13.52 | 5 60 m |
| 0.04 | 12.91 12.95 | 7 80 m |
| 0.00 | 13.00 13.01 | 9 100 m |
| 0.00 | 13.10 13.10 | 11 120 m |
| 0.00 | 13.19 13.19 | 13 140 m |
| 0.00 | 13.26 13.26 | 15 160 m |
| 0.00 | 13.34 13.34 | 17 180 m |
| 0.00 | 13.42 13.42 | 19 200 m |
| 0.00 | 13.49 13.49 | 21 220 m |
| 0.00 | 13.57 13.57 | 23 240 m |
| 0.00 | 13.64 13.64 | 25 260 m |
| | | 13+263.86 m |

ARQUITETURA



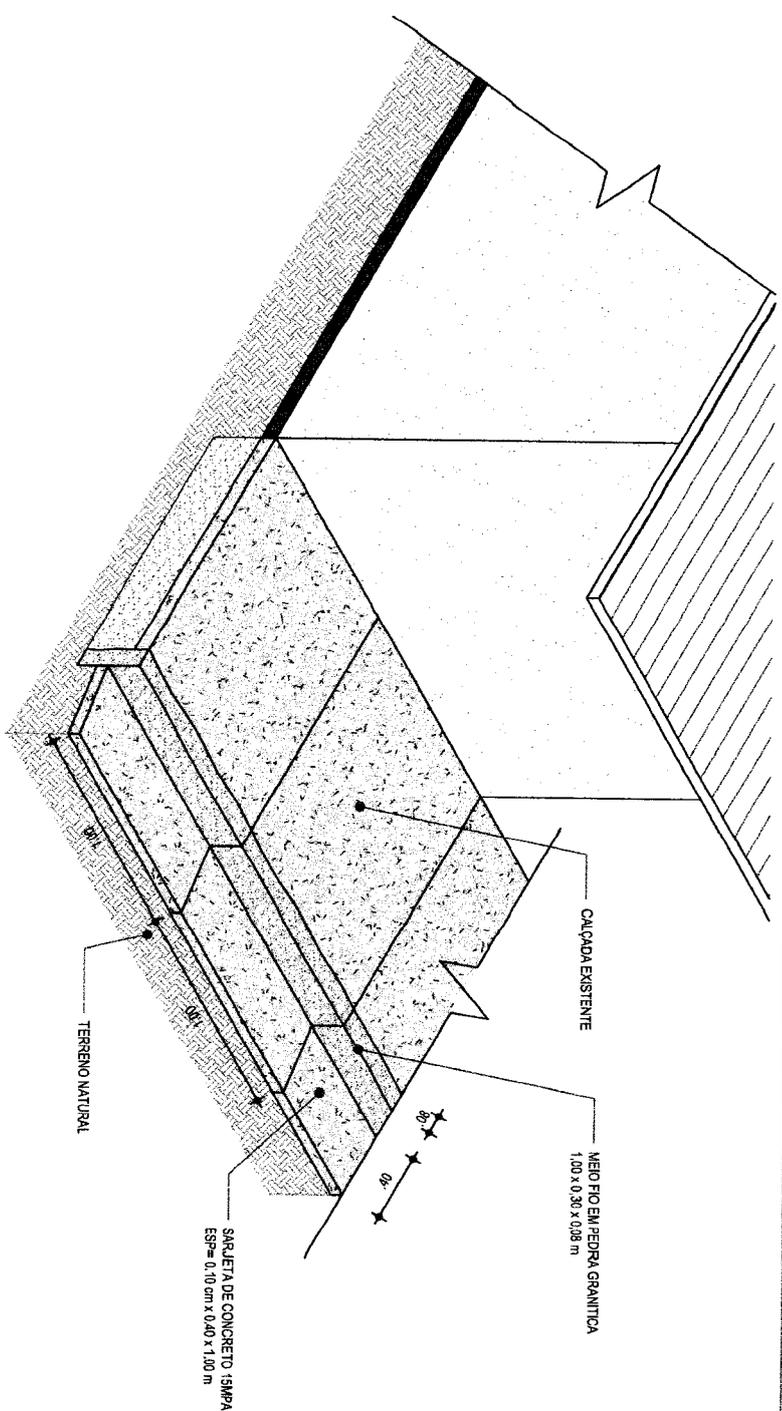
| | | | |
|-------------|--|-------------|---------------------|
| PROJETO | PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIEDO NAS RUAS DA SEDE | RESPONSÁVEL | CLAUDIA VILLAS BOAS |
| CONTRATANTE | GOVERNO MUNICIPAL DE JAGUARUANA | DESENHO | JOELSON MIRANDA |
| ENDEREÇO | RUA LUIS ESTEVAO - SEDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUANA - CEARÁ | | |
| CONTEÚDO | PLANTA PERFIL | | |

| | | | |
|--------------|----------|--------|--------|
| DATA | FEV/2017 | ESCALA | 1/5000 |
| 02-04 | | | |

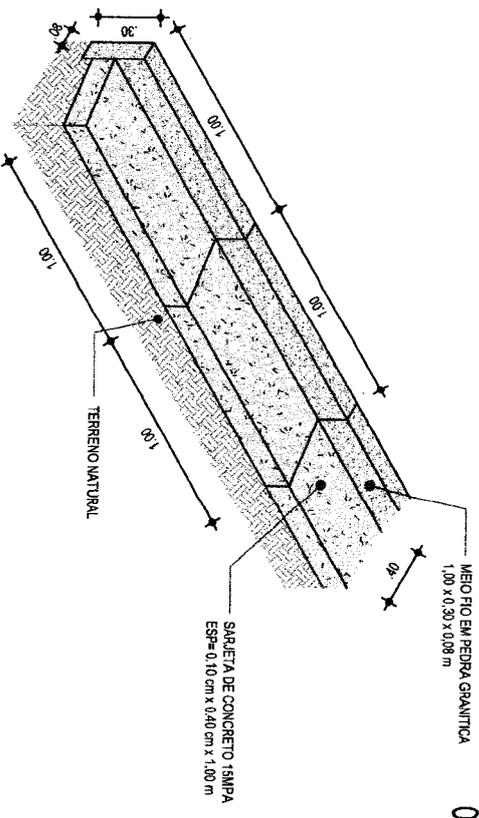
OS FOLHENTOS E TÉCNICA REPRESENTAÇÃO SÃO DE PROPRIEDADE DE PROPOSTOR, QUANTO À ÚTILIZAÇÃO DE SEUS DADOS, É NECESSÁRIO AUTORIZAÇÃO.

1- TO COMEÇO NESTA PÁGINA-A VÃO PODER SER CONSULTADOS DADOS DE PROJETO E DESENHOS DO VIZINHO.

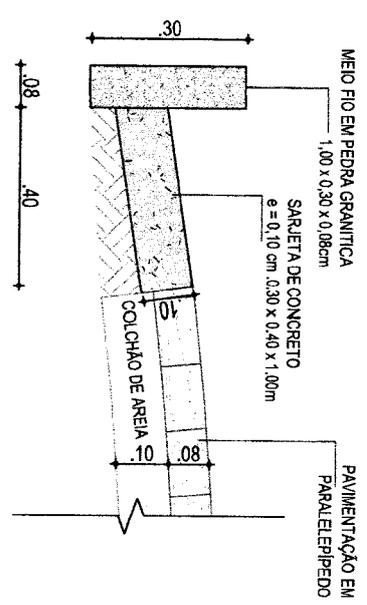
2- O PAROQUIALMENTE NESTA COMPLEMENTAÇÃO DESEJO DOS ASSOCIADOS, COM O OBJETIVO DE RECEBER A TÉCNICA AUTONOMA DE SEUS DADOS.



01 DETALHE - MEIO FIO DE PEDRA GRANITICA E SARJETA DE CONCRETO
 ESC.: 1/25



02 DETALHE - MEIO FIO PEDRA GRANITICA E SARJETA
 ESC.: 1/25



03 DETALHE - MEIO FIO PEDRA GRANITICA E SARJETA
 ESC.: 1/10

ARQUITETURA

| | | | |
|-------------|--|-------------|---------------------|
| PROJETO | PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIPEDO NAS RUAS DA SEDE | RESPONSÁVEL | CLAUDIA VILLAS BOAS |
| CONTRATANTE | GOVERNO MUNICIPAL DE JAGUARUANA | DESENHO | JOELSON MIRANDA |
| ENDEREÇO | RUA LUIS ESTEVÃO - SEDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUANA - CEARÁ | | |
| CONTEÚDO | DETALHES CONSTRUTIVOS | | |

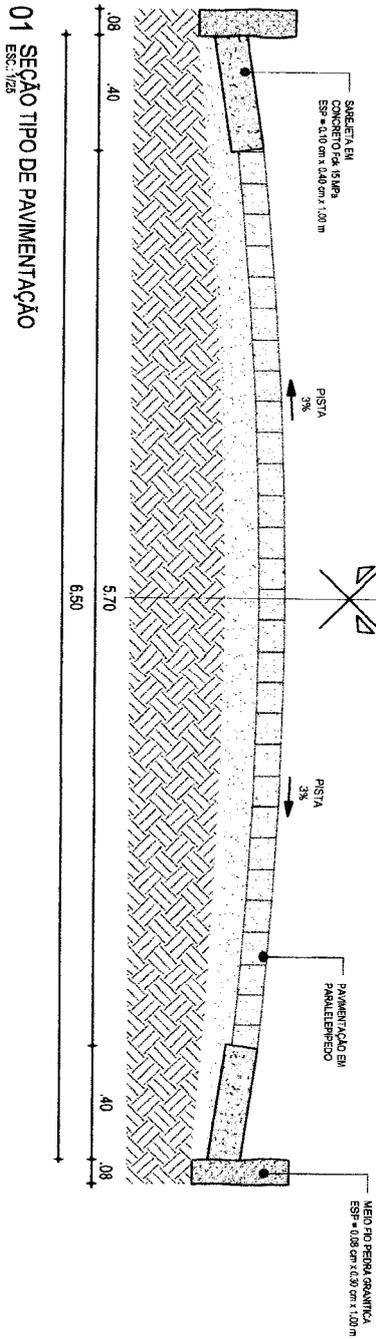
| | | | |
|--------------|----------|--------|--------|
| DATA | MAR/2017 | ESCALA | INDICA |
| 03-04 | | | |



OS FORMATOS E REGRAS DE LICITAÇÃO SERÃO DE PROPRIEDADE DE SEU CLIENTE. A ARQUITETURA E SEU PROJETO SÃO DE PROPRIEDADE DA ARQUITETA. A RESPONSABILIDADE É DA ARQUITETA.



PISTA SIMPLES
RUA LUIS ESTEVÃO
ESTACAS: 13+3.86 m



01 SEÇÃO TIPO DE PAVIMENTAÇÃO
 Esc. 1/25

OS FORMAS E AS REPRESENTAÇÕES SÃO DE PROPRIEDADE ARQUITETURA E DEBEM SER MANTIDAS.

OS CONTEÚDOS NÃO SÃO PARA SER USADOS COMO REFERÊNCIA PARA OUTROS PROJETOS.

AS PARCERIAZOS SÃO DE RESPONSABILIDADE DO CLIENTE E NÃO SÃO GARANTIDAS.

ARQUITETURA



| | | | |
|-------------|--|-------------|---------------------|
| PROJETO | PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO NAS RUAS DA SEDE | RESPONSÁVEL | CLAUDIA VILLAS BOAS |
| CONTRATANTE | GOVERNO MUNICIPAL DE JAGUARUANA | DESENHO | JOELSON MIRANDA |
| ENDEREÇO | RUA LUIS ESTEVÃO - SEDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUANA - CEARÁ | | |
| CONTEÚDO | SEÇÃO TIPO DE PAVIMENTAÇÃO | | |

| | | | |
|--------------|----------|--------|----------|
| DATA | MAR/2017 | ESCALA | INDICADA |
| 04-04 | | | |



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04.07-002/2017
 CONVITE Nº 002/2017-SEINFRA

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA

IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE PESSOA JURÍDICA:

| | |
|---------------------|----------|
| RAZÃO SOCIAL | CNPJ |
| PESSOA PARA CONTATO | TELEFONE |
| DATA DA PROPOSTA | |

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO: Contratação de Empresa especializada no ramo de Engenharia, para execução, mediante Regime de Empreitada por Preço Global, da obra de pavimentação em paralelepípedo rejuntado da Rua Luis Estevão, no Município de Jaguaruana, Estado do Ceará.

PROPOSTA DE PREÇO - PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO REJUNTADO - RUA LUIS ESTEVÃO

TABELA SEINFRA 24.1 COM DESONERAÇÃO REF. 03/2016

COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS

BDI: 26,85% - Encargos L.S. Hora: 88,81%, L.S. Mês: 50,72%

| ITEM | CÓDIGO | DESCRIÇÃO | FONTE | UND | QTD | PREÇO UNITÁRIO R\$ | PREÇO TOTAL R\$ |
|-----------------------------|------------------------------|---|---------|-----|----------|--------------------|-----------------|
| 1 | SERVIÇOS PRELIMINARES | | | | | | |
| 1.1 | C1937 | PLACAS PADRÃO DE OBRA | SEINFRA | M2 | 6,00 | R\$ | R\$ |
| 2 | MOVIMENTO DE TERRA | | | | | | |
| 2.1 | C3232 | RECONFORMAÇÃO/PATROLAGEM DA PLATAFORMA | SEINFRA | M2 | 1.715,09 | R\$ | R\$ |
| 2.2 | C1256 | ESCAVAÇÃO MANUAL CAMPO ABERTO EM TERRA ATÉ 2M | SEINFRA | M3 | 18,47 | R\$ | R\$ |
| 3 | PAVIMENTAÇÃO | | | | | | |
| 3.1 | C2893 | PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO REJUNTAMENTO (AGREGADO ADQUIRIDO) C/ | SEINFRA | M2 | 1.530,39 | R\$ | R\$ |
| 3.2 | C3097 | MEIO FIO DE PEDRA GRANÍTICA | SEINFRA | M | 527,72 | R\$ | R\$ |
| 3.3 | C0836 | CONCRETO NÃO ESTRUTURAL PREPARO MANUAL | SEINFRA | M3 | 18,47 | R\$ | R\$ |
| 4 | DIVERSOS | | | | | | |
| 4.1 | C3447 | LIMPEZA DE PISO EM ÁREA URBANIZADA | SEINFRA | M2 | 1.715,09 | R\$ | R\$ |
| Valor Orçamento (A): | | | | | | | R\$ |
| Valor Encargos (B): | | | | | | | R\$ |
| Total sem Encargos (A - B): | | | | | | | R\$ |
| Valor BDI (C): | | | | | | | R\$ |
| Valor BDI Diferenciado (D): | | | | | | | R\$ |
| Valor Total (A + C + D): | | | | | | | R\$ |

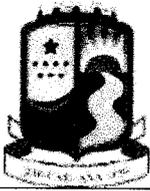
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO - PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO REJUNTADO - RUA LUIS ESTEVÃO

TABELA SEINFRA 24.1 COM DESONERAÇÃO REF. 03/2016

COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS

BDI: 26,85% - Encargos L.S. Hora: 88,81%, L.S. Mês: 50,72%

| ITEM | DESCRIÇÃO | VALOR (R\$) | MÊS 1 | MÊS 2 | MÊS 3 | Total parcela |
|------|---------------------------------------|-------------|-----------|-----------|-----------|---------------|
| 1 | SERVIÇOS PRELIMINARES | R\$ | 100,00 | | | 100,00 |
| 2 | MOVIMENTO DE TERRA | R\$ | 40,00 | 30,00 | 30,00 | 100,00 |
| 3 | PAVIMENTAÇÃO | R\$ | 33,00 | 34,00 | 33,00 | 100,00 |
| 4 | DIVERSOS | R\$ | | | 100,00 | 100,00 |
| 5 | Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) | R\$ | 33,20 | 33,15 | 33,65 | 100,00 |
| | | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ |
| | | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ |



BDI - PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO REJUNTADO - RUA LUIS ESTEVÃO
 TABELA SEINFRA 24.1 COM DESONERAÇÃO REF. 03/2016
 COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS
 BDI: 26,85% - Encargos L.S. Hora: 88,81%, L.S. Mês: 50,72%

| COD | DESCRIÇÃO | % |
|--------------|------------------|---|
| B | BENEFÍCIO | |
| S+G | GARANTIA/SEGUROS | |
| L | LUCRO | |
| TOTAL | | |

| | | |
|--------------|---------------------------|--|
| DI | DESPESAS INDIRETAS | |
| AC | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | |
| DF | DESPESAS FINANCEIRAS | |
| R | RISCOS | |
| TOTAL | | |

| | | |
|--------------|---|--|
| I | IMPOSTOS | |
| | COFINS | |
| | CPRB (4,5 %, APENAS QUANDO TIVER DESONERAÇÃO INSS) | |
| | ISS EFETIVO = ALÍQUOTA ISS X BASE DE CÁLCULO = 3% X 100/100 | |
| | PIS | |
| TOTAL | | |

$$BDI = (((1+AC+S+R+G)*(1+DF)*(1+L))/(1-I))-1$$

| COD | DESCRIÇÃO | % |
|--------------|------------------|---|
| B | BENEFÍCIO | |
| S+G | GARANTIA/SEGUROS | |
| L | LUCRO | |
| TOTAL | | |

| | | |
|--------------|---------------------------|--|
| DI | DESPESAS INDIRETAS | |
| AC | ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | |
| DF | DESPESAS FINANCEIRAS | |
| R | RISCOS | |
| TOTAL | | |

| | | |
|--------------|--|--|
| I | IMPOSTOS | |
| | PIS | |
| | COFINS | |
| | ISS EFETIVO = ALÍQUOTA ISS X BASE DE CÁLCULO = 5% X 60/100 | |
| | CPRB (4,5%, APENAS QUANDO TIVER DESONERAÇÃO INSS) | |
| TOTAL | | |

$$BDI = (((1+AC+S+R+G)*(1+DF)*(1+L))/(1-I))-1$$

VALOR DA PROPOSTA

Valor Global: R\$ _____ (_____)

EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Início da execução dos serviços: A execução dos serviços será iniciada a partir da assinatura do Contrato
 Prazo de Conclusão da Obra: Conforme definido no Cronograma Físico Financeiro definido no Edital do Convite N° 002/2017-SEINFRA e seus anexos e nesta proposta.

VALIDADE DA PROPOSTA:

Prazo de validade: 60 (sessenta) dias, contados partir da data de apresentação.

COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS:

Nos preços propostos acima estão incluídas todas as despesas, frete, tributos e demais encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto deste Convite.

DECLARAÇÃO:

Esta empresa declara estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica na plena aceitação das condições estabelecidas no Edital do Convite N° 002/2017-SEINFRA e seus anexos.

Atenciosamente,

Carimbo e Assinatura do Representante Legal



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04.07-002/2017
CONVITE Nº 002/2017-SEINFRA**

**ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º,
DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

A Empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, situada à, neste ato representada por seu representante legal o(a) Sr.(a), inscrito(a) no CPF sob o nº, DECLARA, em atendimento ao previsto no Edital do Convite nº 002/2017-SEINFRA, que não possui em, seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Local e Data.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

Obs: elaborar em papel timbrado da empresa



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04.07-002/2017
CONVITE Nº 002/2017-SEINFRA**

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADO

A Empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, situada à, neste ato representada por seu representante legal o(a) Sr.(a), inscrito(a) no CPF sob o nº,
DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto no art.3º da Lei Complementar 123/2006, e, como condição de participação no Convite nº 002/2017-SEINFRA, que:

- a) () Enquadra-se como MICROEMPRESA-ME; ou
- b) () Enquadra-se como EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP;
- c) A receita bruta anual da empresa não ultrapassa o disposto nos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar 123/2006;
- d) Não tem nenhum dos impedimentos do §4º do art.3º da mesma lei, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

Obs: elaborar em papel timbrado da empresa



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04.07-002/2017
CONVITE Nº 002/2017-SEINFRA**

ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04.07-002/2017
CONTRATO Nº**

**CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS, QUE FAZEM
ENTRE SI SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E
SERVIÇOS PÚBLICOS E**

O Município de **JAGUARUANA**, Estado do **CEARÁ**, através da **SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS**, com sede à **PRAÇA ADOLFO FRANCISCO DA ROCHA, 404, CENTRO, JAGUARUANA-CE, CEP 62.823-000**, inscrita no CNPJ sob o nº **07.615.750/0001-17**, neste ato representada pelo Sr. **ALDERÍCIO VALENTE REBOUÇAS**, Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, nomeado pela Portaria nº **004/2017**, de **01/01/2017**, inscrito no CPF sob o nº **484.819.553-53**, doravante denominada **CONTRATANTE**, e inscrito(a) no CNPJ sob o nº....., sediado(a) à....., doravante designado(a) **CONTRATADO**, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a)..... inscrito(a) no CPF sob o nº tendo em vista o que consta no **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04.07-002/2017** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de Agosto de 2014 e Decreto nº 8.538, de 6 de Outubro de 2015, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **CONVITE Nº 002/2017-SEINFRA**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de Empresa especializada no ramo de Engenharia, para execução, mediante Regime de Empreitada por Preço Global, da obra de pavimentação em paralelepípedo rejuntado da Rua Luis Estevão, no Município de Jaguaruana, Estado do Ceará, que será prestado nas condições estabelecidas no Projeto Básico e demais documentos técnicos, Anexos do Edital do Convite nº 002/2017-SEINFRA.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Convite nº 002/2017-SEINFRA e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O Contrato terá vigência de 6 (seis) meses iniciando-se em/...../..... e se encerrando em/...../....., podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do Art. 57 da Lei 8.666/93.

2.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar.

2.2. A execução dos serviços será iniciada a partir da assinatura do Contrato.

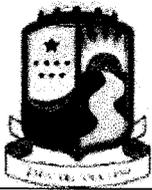
2.3. A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

2.4. Ao assinar o contrato, o **CONTRATADO** declara sua expressa concordância com a adequação do projeto básico, sujeitando-se, em caso de alterações contratuais, à disciplina da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes e do Art. 13, Inciso II, do Decreto 7.983, de 2013.

2.5. Este contrato será, também, vinculado ao cronograma físico-financeiro da proposta vencedora, que contém especificação física completa das etapas necessárias à medição, ao monitoramento e ao controle das obras, não se aplicando, a partir da assinatura do contrato e para efeito de execução, medição, monitoramento, fiscalização e auditoria, os custos unitários da planilha de formação do preço.

2.6. Os serviços contratados deverão ser executados e concluídos dentro dos prazos estabelecidos, exclusivamente, pelo cronograma físico-financeiro, incluído neste prazo a mobilização e desmobilização e a execução dos serviços propriamente ditos.

2.7. No exclusivo interesse da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, esta poderá emitir, tantas quantas Ordens de Serviço de Execução, ou Ordens de Paralisação, ou Ordens de Reinício de Serviços que se



façam necessárias para o bom desenvolvimento dos serviços, desde que devidamente justificada e nos prazos permitidos pela Lei.

2.8. Ocorrendo impedimento, paralisação, ou sustação do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo, não havendo necessidade de Termo Aditivo de Rerratificação, mas de simples apostilamento do novo cronograma físico-financeiro, acompanhado da respectiva justificativa emitido e aprovado pela Secretaria de Infraestrutura, Indústria, Comércio e Turismo.

2.8.1. Para que seja admitida a paralisação dos serviços e/ou sustação deste contrato, o interessado deve comunicar previamente a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos os motivos ensejadores de tal procedimento, informado, inclusive, o prazo.

2.9. Excepcionalmente, os prazos de início de etapas de execução admitem prorrogação, permanecendo as demais cláusulas do contrato e assegurada à manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

2.9.1. Alteração do projeto ou especificações;

2.9.2. Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

2.9.3. Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de execução por ordem e no interesse da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos;

2.9.4. Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos na legislação vigente;

2.9.5. Impedimento de execução do contrato, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos em documento contemporâneo à sua ocorrência;

2.9.6. Omissão ou atraso de providências a cargo da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

2.9.7. Salvo em decorrência de fato imprevisto, ou na hipótese da ocorrência da teoria da imprevisão, caso em que haverá Termo Aditivo, as modificações que vierem a se adotar neste contrato serão efetivadas mediante Termo de Rerratificação Contratual.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

3.1. O valor deste Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor consignado neste Termo de Contrato é fixo e irrevogável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento do CONTRATADO, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do índice INCC (Índice Nacional de Custos da Construção) ou outro que vier a substituí-lo.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento do Município para o exercício de, conforme abaixo:

4.1.1., elemento de despesa 4.4.90.51.00, sublemento 4.4.90.51.99.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da apresentação da fatura, em conformidade com a Ordem de Serviço, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo CONTRATADO.

5.1.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

5.2. A Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pelo CONTRATADO, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

5.2.1. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada no



Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas no Edital e indenização pelos danos decorrentes.

5.3. A Nota Fiscal/Fatura será emitida pelo CONTRATADO de acordo com os seguintes procedimentos:

5.3.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o CONTRATADO apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

5.3.1.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

5.3.1.2. Se o CONTRATADO vier a adiantar a execução dos serviços, em relação à previsão original constante no Cronograma Físico-Financeiro, poderá apresentar a medição prévia correspondente, ficando a cargo da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos aprovar a quitação antecipada do valor respectivo, desde que não fique constatado atraso na execução dos serviços entendidos como críticos.

5.3.1.3. Juntamente com a primeira medição de serviços, o CONTRATADO deverá apresentar comprovação de matrícula da obra junto à Previdência Social.

5.3.2. A Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a medição prévia relatada pelo CONTRATADO, bem como para avaliar a conformidade dos serviços executados.

5.3.2.1. No caso de etapas não concluídas, serão pagos apenas os serviços efetivamente executados, devendo o CONTRATADO regularizar o cronograma na etapa subsequente.

5.3.2.2. A aprovação da medição prévia apresentada pelo CONTRATADO não o exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

5.4. Após a aprovação, o CONTRATADO emitirá Nota Fiscal/Fatura no valor da medição definitiva aprovada, obrigatoriamente acompanhada da planilha de medição, com detalhamento dos serviços executados, e de memória de cálculo detalhada.

5.5. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pelo CONTRATADO, acompanhada dos demais documentos exigidos no Edital.

5.5.1. O "atesto" da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pelo CONTRATADO com os serviços efetivamente executados, bem como à apresentação dos documentos de comprovação, conforme descrito a seguir.

5.5.1.1. O pagamento da primeira parcela do serviço ficará condicionado à apresentação pelo CONTRATADO dos seguintes documentos:

5.5.1.1.1. Cópia da Anotação da Responsabilidade Técnica (ART) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), referente ao registro da obra, em 02 (duas) vias;

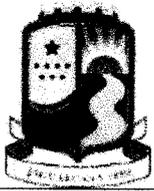
5.5.1.1.2. Cópia da matrícula CEI (Cadastro Específico do INSS) da obra; em 02 (duas) vias;

5.5.1.2. Em se tratando de medição final, o CONTRATADO deverá apresentar o Termo de Recebimento Provisório da Obra, emitido pela FISCALIZAÇÃO.

5.6. O pagamento será precedido de consulta ao Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Prefeitura de Jaguaruana, para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação estabelecidos no edital.

5.6.1.1. Na hipótese de irregularidade no registro no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Prefeitura de Jaguaruana, o CONTRATADO deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e seus anexos e rescisão do contrato.

5.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras, sendo que, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-



se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Prefeitura de Jaguaruana.

- 5.7.1.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Prefeitura de Jaguaruana deverá comunicar ao responsável pela fiscalização quanto à inadimplência do prestador dos serviços, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 5.7.2.** Havendo a efetiva prestação de serviços, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso o CONTRATADO não regularize sua situação junto ao Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Prefeitura de Jaguaruana;
- 5.7.3.** Persistindo a irregularidade, a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do contrato em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurado ao CONTRATADO a ampla defesa.
- 5.8.** Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o CONTRATADO:
- 5.8.1.** Não produziu os resultados acordados;
- 5.8.2.** Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida; ou
- 5.8.3.** Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 5.9.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 5.9.1.** O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, no entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 5.10.** A Secretaria de Infraestrutura, Indústria, Comércio e Turismo deduzirá, do montante a ser pago, os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pelo CONTRATADO.
- 5.11.** O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao CONTRATADO será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.
- 5.12.** É vedado ao CONTRATADO transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.
- 5.13.** Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Secretaria de Infraestrutura, Indústria, Comércio e Turismo, o valor devido deverá ser acrescido de compensação financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

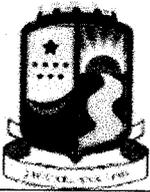
$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

X = Percentual da taxa anual = 6%.

6. CLÁUSULA SEXTA – CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

6.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Administração, especialmente designados, na forma dos Art. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.2. O representante da Administração deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.



6.3. A verificação da adequação da prestação contratada deverá ser realizada com base nos critérios previstos nos projetos e demais documentos técnicos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este contrato.

6.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Art. 65, § 1º da Lei nº 8.666, de 1993.

6.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento do CONTRATADO que contenha a sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido nos projetos e demais documentos técnicos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

6.6. O representante da Administração deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto no Art. 67, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666, de 1993.

6.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pelo CONTRATADO, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Contrato e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos Art. 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

7.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.3. Notificar o CONTRATADO por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

7.4. Pagar ao CONTRATADO o valor resultante da prestação contratual, conforme cronograma físico-financeiro;

7.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços do CONTRATADO, em conformidade com a legislação vigente;

7.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

7.7. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

7.8. Cientificar o órgão de representação judicial responsável para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

7.9. Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

7.10. Exigir do CONTRATADO que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

7.10.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;

7.10.2. Comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

7.10.3. Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

7.10.4. Carta "habite-se", emitida pela prefeitura;

7.10.5. Certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;



7.10.6. A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos no Art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no Art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 8.1.** Executar cada uma das fases do empreendimento, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, fornecendo e utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios de qualidade e quantidade compatíveis com as especificações contidas nos projetos e demais documentos técnicos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este contrato, bem como na sua proposta;
- 8.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.3.** Manter os empregados nos horários predeterminados pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos;
- 8.4.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 8.5.** Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI;
- 8.6.** Apresentar à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução das atividades contratadas;
- 8.7.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos;
- 8.8.** Atender às solicitações da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste instrumento contratual;
- 8.9.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos;
- 8.10.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 8.11.** Relatar à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da execução do empreendimento;
- 8.12.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.13.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.14.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.15.** Manter preposto aceito pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 8.16.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos;
- 8.17.** Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos;
- 8.18.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 8.19.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 8.20.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.



8.21. Paralisar, por determinação da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.22. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

8.23. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

8.24. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis nº. 6.496/77 e 12.378/2010);

8.25. Obter junto ao Município, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

8.26. Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste Projeto Básico e seus anexos, conforme Art. 111 da Lei nº 8.666, de 1993;

8.27. Assegurar à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos:

8.27.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

8.27.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

8.28. Promover a organização técnica e administrativa das atividades, de modo a conduzi-las eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram ou fundamentam o Projeto Básico e este Contrato, no prazo determinado.

8.29. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.30. Submeter previamente, por escrito, à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

8.31. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

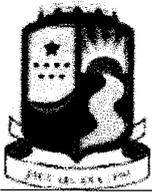
8.32. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, no Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou a qualquer tempo se constatado pelo fiscal da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos.

8.33. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações da Resolução nº 448/2012, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, nos seguintes termos:

8.33.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

8.33.2. Nos termos dos Art. 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o CONTRATADO deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

8.33.2.1. Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reserva de material para usos futuros;



- 8.33.2.2.** Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- 8.33.2.3.** Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- 8.33.2.4.** Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 8.33.3.** Em nenhuma hipótese o CONTRATADO poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;
- 8.33.4.** Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o CONTRATADO comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.
- 8.34.** Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- 8.34.1.** Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- 8.34.2.** Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 08/03/90, e legislação correlata;
- 8.35.** Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.
- 8.36.** Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto no Projeto Básico e demais documentos anexos;
- 8.37.** Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);
- 8.38.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Prefeitura de Jaguaruana, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos:
- 8.38.1.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 8.38.2.** Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 8.38.3.** Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do CONTRATADO, conforme exigido no instrumento convocatório;
- 8.38.4.** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 8.38.5.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 8.39.** Serão de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta.



9. CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 o CONTRATADO que:

- 10.1.1. Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 10.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 10.1.3. Fraudar na execução do contrato;
- 10.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 10.1.5. Cometer fraude fiscal; ou
- 10.1.6. Não manter a proposta;

10.2. O CONTRATADO que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 10.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos;
- 10.2.2. Multa moratória de 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, sendo que, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, o contrato poderá ser rescindido.
 - 10.2.2.1. Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 15 (quinze) dias úteis autorizará à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos a promover a rescisão do contrato;
 - 10.2.2.2. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 10.2.3. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - 10.2.3.1. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 10.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, pelo I de até dois anos;
- 10.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior;

10.3. A aplicação de multa não impede que à Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

10.4. A recusa injustificada do Adjudicatário em assinar o Contrato, após devidamente convocado, dentro do prazo estabelecido pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

10.5. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

10.6. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, o CONTRATADO que:

- 10.6.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 10.6.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.6.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.



10.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

10.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município de Jaguaruana, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

10.9.1. Caso a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Prefeitura de Jaguaruana.

As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

11.1. O contrato será realizado por execução indireta, sob o regime de Empreitada por Preço Global.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do CONTRATADO em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

12.3. A assinatura do Contrato implica a concordância do Contratado com a adequação de todos os projetos anexos do Edital, ao qual se vincula o ajuste, devendo, o CONTRATADO, aquiescer que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

12.4. Somente será feito termo aditivo caso constada necessidade de alterações no projeto ou nas especificações do serviço, em razão do que dispõe o art. 65, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.666/1993, como também do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES

13.1. É vedado ao CONTRATADO:

13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. Interromper a execução dos serviços/atividades sob alegação de inadimplemento por parte da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

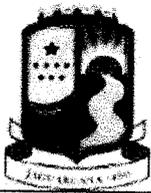
14.1. Quando as obras e/ou serviços contratados forem concluídos, caberá ao CONTRATADO apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, a qual competirá, no prazo de até 5 (cinco) dias, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório.

14.1.1. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

14.2. A Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos realizará inspeção minuciosa de todos os serviços e obras executadas, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela obra, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

14.2.1. Após inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas.

14.2.2. O CONTRATADO fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou



incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

14.3. O Termo de Recebimento Definitivo das obras e/ou serviços contratados será lavrado em até 15 (quinze) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto às pendências observadas e somente após solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na execução do contrato.

14.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

14.3.2. O recebimento definitivo do objeto licitado não exime o CONTRATADO, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RESCISÃO

15.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Projeto Básico, anexo do Edital.

15.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se ao CONTRATADO o direito à prévia e ampla defesa.

15.3. O CONTRATADO reconhece os direitos da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4. O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

15.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos em relação ao cronograma físico-financeiro, atualizado;

15.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.4.3. Indenizações e multas.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. O foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária da Comarca de Jaguaruana, Estado do Ceará.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Local e Data.

.....
CONTRATANTE

.....
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

.....
CPF:

.....
CPF: